

Universidade Federal de Minas Gerais
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
Departamento de Ciência Política
Curso de Gestão Pública

A ESCOLA DO LEGISLATIVO DA ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA DE MINAS GERAIS

Jaqueline Borges Pereira

Belo Horizonte
NOVEMBRO/2013

Universidade Federal de Minas Gerais
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
Departamento de Ciência Política
Curso de Gestão Pública

**A ESCOLA DO LEGISLATIVO DA ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA DE MINAS GERAIS**

Monografia apresentada no curso de graduação à
Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade
de Filosofia e Ciências Humanas, para conclusão
do curso de Gestão Pública, sob a orientação do
Prof. Manoel Leonardo Santos.

Belo Horizonte
NOVEMBRO/2013

JAQUELINE BORGES PEREIRA

A ESCOLA DO LEGISLATIVO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE MINAS GERAIS

Monografia apresentada no curso de graduação à Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, para conclusão do curso de Gestão Pública, sob a orientação do Prof. Manoel Leonardo Santos.

Data da defesa: 26 de novembro de 2013.

Resultado:_____.

BANCA EXAMINADORA

Manoel Leonardo dos Santos
Universidade Federal de Minas Gerais

Marcelo Vieira
Universidade Federal de Minas Gerais

Belo Horizonte

NOVEMBRO/2013

RESUMO

Tendo em vista que as Escolas dos Legislativos Subnacionais do Brasil têm o papel de potencializadores do processo de institucionalização das suas respectivas Casas Parlamentares, este estudo visa avaliar a atuação de uma destas Escolas e verificar a sua influência na institucionalização da Casa, respondendo à pergunta de pesquisa, qual seja, “*como as atividades desenvolvidas pela Escola do Legislativo de Minas Gerais influenciaram o desenvolvimento institucional da Assembleia?*”.

Escolheu-se a Escola de Minas Gerais (ELMG) para ser foco da análise aprofundada após um estudo comparativo realizado entre todas as Escolas supracitadas, que avaliou suas atividades e quantificou a oferta de cada uma. O resultado encontrado foi de uma maioria fraca, tendo ainda muito trabalho a ser desenvolvido pelas Escolas para poderem auxiliar de forma efetiva o Poder Legislativo Subnacional. A ELMG se mostrou uma das mais evoluídas, podendo, então, ser utilizada como objeto de estudo aprofundado sobre a influência na institucionalização da Casa Legislativa.

Assim, dividiu-se este estudo em duas partes: a primeira que irá descrever a atuação da Escola do Legislativo da Assembleia de Minas Gerais, tanto em comparação às demais Escolas, dentro do primeiro capítulo, quanto isoladamente, no segundo capítulo, objetivando provar o sucesso desta Escola, evidenciando sua alta produção e desenvolvimento. Feita esta primeira análise, este estudo tentará captar as influências que estas ações da ELMG têm sobre o desenvolvimento institucional da Assembleia, através do que os atores entrevistados, envolvidos neste processo, disseram a respeito.

Ao final poderá se perceber que de fato a Escola do Legislativo de Minas Gerais é altamente atuante e produtiva e que suas ações afetam de forma positiva o processo de institucionalização da Assembleia, uma vez que a Escola surgiu como um esforço da própria Casa em evoluir institucionalmente e que as duas caminharam, e caminham até hoje, juntas buscando o crescimento institucional da Assembleia Mineira.

Palavras-chave: Escola do legislativo; institucionalização; desenvolvimento institucional; Assembleia Legislativa de Minas Gerais.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	8
2. CAPÍTULO 1 – AS ESCOLAS DOS LEGISLATIVOS SUBNACIONAIS NO BRASIL.....	12
2.1. BREVE HISTÓRICO SOBRE A CRIAÇÃO DAS ESCOLAS.....	13
2.2. COMPARANDO AS ATUAÇÕES DAS ESCOLAS.....	19
2.2.1 Quadro de Pontuação das Escolas.....	22
2.2.2 Análise de Dados.....	24
2.3. AS EXPERIÊNCIAS MAIS SIGNIFICATIVAS.....	26
3. CAPÍTULO 2 – A ESCOLA DO LEGISLATIVO DE MINAS GERAIS.....	28
3.1. INFORMAÇÕES GERAIS.....	29
3.1.1. Atividades Desenvolvidas pela Escola.....	29
3.1.2. Publicações.....	31
3.1.3. Redes de Escolas.....	33
3.2. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS EM 2010.....	34
3.2.1. Resultado Consolidado.....	37
3.3. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS EM 2011.....	38
3.3.1. Resultado Consolidado.....	40
3.4. RESULTADO GERAL.....	41

4. CAPÍTULO 3 – O PAPEL DA ESCOLA DO LEGISLATIVO DE MINAS GERAIS PARA A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA ASSEMBLEIA.....	44
4.1.O DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE MINAS GERAIS.....	44
4.2.A INFLUÊNCIA DA ESCOLA NA INSTITUCIONALIZAÇÃO DA ASSEMBLEIA.....	48
4.2.1. Articulação da Escola com outros Projetos da Assembleia.....	55
4.2.2. Desafios a Serem Enfrentados pela Escola do Legislativo e pela Assembleia Mineira.....	58
4.3.ATUAÇÃO DA ESCOLA X ATUAÇÃO DA ASSEMBLEIA: A IMPORTÂNCIA DA ESCOLA DO LEGISLATIVO PARA O REFORÇO INSTITUCIONAL DE SUA CASA LEGISLATIVA.....	60
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	62
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	65
ANEXOS.....	67
ANEXO A – Roteiro de entrevista utilizado para entrevistar técnicos e servidores da alta administração da Escola do Legislativo de Minas Gerais.....	67
ANEXO B – Roteiro de entrevista utilizado para entrevistar Deputados Estaduais de Minas Gerais.....	68

LISTA DE TABELAS E GRÁFICOS

- Tabela 1 - Sequência cronológica das criações das Escolas dos Legislativos Subnacionais no Brasil.....16
- Gráfico 1 - Representação gráfica da quantidade de Escolas criadas por ano.....17
- Tabela 2 - Quesitos selecionados para julgar as atuações das Escolas dos Legislativos Subnacionais e a pontuação referente a cada quesito.....20
- Tabela 3 - Pontuação obtida por todas as Escolas do Legislativo no Brasil em ordem decrescente de pontos.....22
- Gráfico 2 - Representação gráfica das pontuações totais obtidas por cada Escola dos Legislativos Subnacionais no Brasil em ordem decrescente.....23
- Tabela 4 - Resultados consolidados das atividades desenvolvidas pela Escola do Legislativo da Assembleia de Minas Gerais nos anos de 2010 e 2011.....41

1. INTRODUÇÃO.

O papel das Escolas do Legislativo do Brasil é contribuir para o desenvolvimento institucional de sua Casa Parlamentar, ou seja, auxiliá-la a produzir e disponibilizar aos participantes do processo legislativo um conjunto de recursos e procedimentos orientados para maximizar as chances de consecução dos objetivos perseguidos na casa legislativa.

Tendo em vista a importância do próprio conceito de desenvolvimento institucional dentro do estudo legislativo, uma vez que em uma Casa Parlamentar cuja política institucional é fraca, o Poder Legislativo se torna reativo e os Parlamentares se tornam meros repositores do que é produzido no Poder Executivo, provar a importância de uma Escola do Legislativo bem sucedida para a evolução das características institucionais da Assembleia se faz necessário já que tal processo afeta o próprio Poder Legislativo.

O desenvolvimento institucional é dotar o Poder Legislativo de capacidade, de possibilidade de intervenção na elaboração de Políticas Públicas e a importância das Escolas Legislativas vai além de uma “instituição criada”, estas precisam ser vistas e analisadas como parte de um avanço no Poder Legislativo, onde os nossos representantes e seu corpo burocrático tenham a capacidade de lidar com os grandes desafios que o nosso legislativo é remetido a todo tempo. O Poder Legislativo tem que avançar, seja no serviço prestado à sociedade, seja na sua estrutura institucional.

Ou seja, a importância deste estudo está em evidenciar a influência da Escola do Legislativo no processo de institucionalização da Casa Parlamentar dada a importância deste processo, afinal, um Poder Legislativo com um fraco desenvolvimento institucional tende a ser reativo, simplesmente homologando aquilo que veio do Poder Executivo.

Portanto foi realizado, primeiramente, um estudo comparativo entre todas as Escolas dos Legislativos Subnacionais do Brasil, para avaliar suas atividades e quantificar sua oferta, o que permitiu selecionar um caso bem sucedido, qual seja o de Minas Gerais, para ser objeto de um estudo mais aprofundado sobre sua atuação e avaliar a sua influência na institucionalização da Assembleia.

O resultado encontrado neste estudo comparativo foi pouco satisfatório. A disponibilização de dados pelas Escolas é pequena e insuficiente para uma avaliação mais cuidadosa sobre o trabalho por elas desenvolvido, ou seja, as Escolas do Legislativo do Brasil ainda tem muito o que evoluir. O que se espera delas é uma atuação mais efetiva, uma agenda de maior eficácia e ainda que todas tenham a clareza e o alto grau de informações hoje encontradas em algumas poucas e que o trabalho seja aprimorado para que todas se elevem a um alto grau de transparência, possibilitando que qualquer cidadão tenha fácil acesso a suas agendas, a suas notícias, a suas publicações e principalmente aos seus resultados.

A Escola do Legislativo de Minas Gerais se mostrou uma das mais evoluídas, o que torna legítimo o esforço de estudá-la separadamente e aprofundadamente, avaliando suas ações e seus resultados, de maneira a responder a pergunta de pesquisa, qual seja *“como as atividades desenvolvidas pela Escola do Legislativo de Minas Gerais influenciaram o desenvolvimento institucional da Assembleia?”*.

Assim, o objetivo central deste estudo, tendo em vista este papel das Escolas dos Legislativos do Brasil, de potencializadores do processo de institucionalização das Assembleias, será avaliar a contribuição das atividades exercidas pela Escola do Legislativo de Minas Gerais (ELMG) para o desenvolvimento institucional da Assembleia, tentando captar qual peculiaridade, qual diferencial da ELMG permitiu tal influencia.

Para tanto, inicialmente, será necessário analisar as atuações de todas as Escolas dos Legislativos Subnacionais do Brasil e provar que a ELMG é de fato um caso modelo. Tal análise será realizada no primeiro capítulo, intitulado “As Escolas dos Legislativos Subnacionais no Brasil”, onde será feita uma análise comparativa dos diferentes métodos de capacitação das Escolas do Legislativo, englobando as principais capacitações das Escolas do Legislativo de cada Estado realizadas desde suas criações, de maneira a classificar as Escolas.

Os dados utilizados neste primeiro capítulo foram os encontrados na internet, através das páginas das Assembleias, das Escolas, da Associação Brasileira de Escolas do Legislativo – ABEL, do Programa Interlegis e por meio de notícias de sites diversos. Dentro deste capítulo, primeiramente, será realizada uma análise cronológica, onde serão consideradas somente as Escolas que disponibilizaram sua

data de criação. Na segunda seção do capítulo foram avaliadas comparativamente as atuações das Escolas do Legislativo no Brasil, e para tanto foram criados cinco indicadores das atividades de relevância por elas desenvolvidas, o que permitiu quantificar a oferta de cada Escola, que receberam notas de 0 (zero) a 10 (dez). Estes índices foram criados unicamente para elaboração deste estudo.

Feita esta primeira análise, que provará que a ELMG é uma das mais bem sucedidas do Brasil, esta pesquisa poderá adentrar o estudo na avaliação das atividades desenvolvidas dentro da Escola de Minas Gerais.

Desta forma, no segundo capítulo, intitulado “A Escola do Legislativo de Minas Gerais”, será feita a descrição da atuação da escola, destacando suas metas, objetivos, projetos, programas, cursos e seu público alvo, os resultados obtidos com a realização dos referidos cursos, o material utilizado, etc. Este capítulo terá 03 (três) itens, contendo as informações gerais da Escola e os relatórios dos anos de 2010 e 2011. Os dados aqui utilizados, da mesma forma como no primeiro capítulo, foram os encontrados na internet, no site da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG).

Neste segundo capítulo será possível perceber que a Escola do Legislativo de Minas Gerais provou que, além de ser altamente atuante e produtiva e de possuir um alto grau de desenvolvimento, ela efetivamente obtém o resultado que se propõe a produzir, atingindo aos seus públicos de forma satisfatória, garantindo de fato a sua formação, e se mostrando interessada em estar ao alcance da população, disponibilizando seus resultados, os materiais utilizados em seus cursos, etc.

Restará, portanto, responder à pergunta desta pesquisa: *“como as atividades desenvolvidas pela Escola do Legislativo de Minas Gerais influenciaram o desenvolvimento institucional da Assembleia?”*, tarefa esta que será cumprida dentro do terceiro e último capítulo.

Intitulado “O papel da Escola Legislativa para a institucionalização da Assembleia Legislativa de Minas Gerais”, o terceiro capítulo irá primeiramente apresentar, de uma forma mais aprofundada, o conceito de desenvolvimento institucional e mostrar como ocorreu o processo de institucionalização da Casa ao longo do tempo, ou seja, analisar o contexto em que ocorreu este processo e quais foram as variáveis intervenientes. Tendo então estas primeiras informações este

estudo irá conectar a atuação da escola à atuação da casa, chegando à resposta da pergunta desta pesquisa.

A análise realizada na última parte do terceiro capítulo, qual seja a análise do papel da Escola Legislativa para a institucionalização da ALMG, será feita ouvindo os atores envolvidos no processo. Os dados utilizados para elaboração deste último capítulo foram coletados, em sua maioria, além da pesquisa bibliográfica, através de cinco entrevistas em profundidade, utilizando questionários semiestruturados, que se encontram anexos, realizadas com servidores da ALMG em outubro de 2013, sendo eles dois deles técnicos lotados na própria ELMG, dois funcionários pertencentes à alta administração da Casa e um Deputado.

Ao final será possível perceber que todas as atividades exercidas pela ELMG afetam de forma positiva o desenvolvimento institucional da Assembleia e que sem o apoio da Escola provavelmente a política institucional da ALMG não seria a mesma. A ELMG é parte integrante da Assembleia e surgiu como um esforço da própria Casa em se institucionalizar, portanto, ao acompanhar o esforço da Assembleia em evoluir institucionalmente, a Escola contribui para que este processo ocorra.

Este estudo terá uma abordagem qualitativa, a natureza do objeto é institucional, o objetivo de estudo é descritivo e o uso do tempo terá um recorte longitudinal no primeiro e no último capítulo, porém transversal dentro do segundo, onde serão apontadas as atividades da ELMG somente nos anos de 2010 e 2011.

2. CAPÍTULO 1 – AS ESCOLAS DOS LEGISLATIVOS SUBNACIONAIS NO BRASIL.

A Reforma administrativa do Estado Brasileiro levada a efeito com edição da Emenda Constitucional n.º 19, de 04 de junho de 1998, modificou consideravelmente as regras propostas pela Constituição relativa aos servidores públicos, que passaram a acatar novas leis, métodos e diretrizes da Constituição para um melhor aproveitamento no serviço público.

“Artigo 39 -... § 2º - A União, os Estados e o Distrito Federal manterão escolas de governo para a formação e o aperfeiçoamento dos servidores públicos, constituindo-se a participação nos cursos, um dos requisitos para promoção na carreira, facultada, para isso, a celebração de convênios ou contratos entre os entes federados”.

Com o intuito de qualificar e ampliar a formação dos servidores em assuntos legislativos, as Escolas do Legislativo oferecem cursos básicos e avançados para o exercício de qualquer função dentro da Assembleia Legislativa, fomentando as pesquisas técnico-acadêmicas voltadas ao Poder Legislativo, em cooperação técnico-científica com outras instituições de ensino dentre inúmeras outras atividades que capacitem e melhorem o desenvolvimento dos seus servidores.

Tais Escolas possuem um objetivo comum: capacitar os servidores públicos para que o Legislativo se torne um poder cada vez mais eficiente na visão dos cidadãos. Estas capacitações possuem diferentes formas de desenvolvimento e de público de intervenção, devendo ser aplicadas em um público alvo específico, com a melhor didática para tal.

É preciso, como nos aponta Cosson, integrar a “educação no legislativo” com a “educação do legislativo” e, dessa forma, fazer da “educação legislativa” mola propulsora do aprimoramento desta instituição essencialmente democrática que é o Parlamento. Para tanto, é preciso assumir os riscos do trabalho coletivo, da ação ramificada, multiplicada em tantos quantos forem os pontos de vista com que a abordagem da complexidade nos brinda. Educação, democracia e conhecimento são a matéria prima do nosso trabalho. Educação como ação transformadora, democracia como forma de reconhecer a igualdade e a singularidade do outro e conhecimento como construção que liberta. O inacabamento do ato de educar, do conhecimento e do ideal democrático exige de nós, seres também inacabados, o exercício

permanente e incansável da perscrutação, da escuta atenta e, também, nos permite assumir como utopia a tarefa de intensificá-los. (Ruth Schmitz, 2011)

A importância das Escolas Legislativas vai além de uma “instituição criada”, estas precisam ser vistas e analisadas como parte de um avanço no Poder Legislativo, onde os nossos representantes e seu corpo burocrático tenham a capacidade de lidar com os grandes desafios que o nosso legislativo é remetido a todo tempo. Ir além do espaço físico, para uma instituição de aprendizagem, ensino, inovações que estejam presentes na grande rede que é a internet, é a grande busca que se faz neste trabalho. O Poder Legislativo tem que avançar, seja no serviço prestado à sociedade, seja na sua estrutura institucional.

Escola pode denominar, igualmente, um conjunto de princípios ou doutrina que reúne artistas e pensadores ou até mesmo uma agremiação carnavalesca, como as nossas escolas de samba. No caso das escolas do legislativo, entretanto, é a noção mais imediata e tradicional de escola que se busca verificar quando se observa a sua constituição. Em outras palavras, escola pressupõe salas de aula, alunos, professores, regimentos, projetos pedagógicos e outros índices próprios do ambiente escolar. (Rildo Cosson, 2008)

Será feito então, na primeira seção deste capítulo, um estudo cronológico sobre a criação das Escolas dos Legislativos Subnacionais do Brasil, com base em informações encontradas em sites diversos. Já a segunda seção faz uma análise comparativa do desempenho das escolas através da distribuição de pontos feita de acordo com a definição de desempenho aqui utilizada, buscando-se avaliar quantitativamente as principais diferenças das Escolas, suas deficiências e mazelas. Ao final do capítulo tenta-se apontar fatos que justifiquem a discrepância do desenvolvimento destas Escolas para a contribuição no desenvolvimento das atividades legislativas, sobressaltando as experiências mais significativas.

2.1. BREVE HISTÓRICO SOBRE A CRIAÇÃO DAS ESCOLAS.

Este histórico será feito de forma cronológica e com base em informações coletadas nos sites das próprias Escolas, em páginas das Assembleias Legislativas, na página da Associação Brasileira de Escolas do Legislativo – ABEL, no site do Programa Interlegis e por meio de notícias de sites diversos.

O Estado pioneiro na criação da sua Escola do Legislativo foi Minas Gerais, em 1992, com o objetivo de promover ações de capacitação e atualização de deputados e servidores da Assembleia. A próxima Escola a ser criada foi a do Estado de Mato Grosso, através da Lei nº 7.127 de 02 de julho de 1999, porém sua reinauguração data de 29 de agosto de 2002. Ainda em 1999, a Escola do Legislativo de Pernambuco é criada pela Lei nº 11.699, de 12 de novembro de 1999, e instalada no ano de 2001.

Em 2001 ocorreu a criação de mais três Escolas: a do Rio de Janeiro, através da Resolução nº 666, em 30 de agosto de 2001, sendo instalada em 1º de abril de 2004; já a do Rio Grande do Sul se deu por meio da Resolução nº 438/2001 tendo sua inauguração em 11 de dezembro de 2001; e finalmente a de São Paulo, chamada de Instituto do Legislativo Paulista, foi criada pela Resolução nº 821/2001.

No ano de 2002 outras três Escolas foram criadas. A do Estado da Paraíba se deu através da Lei nº 7.125, de 03 de julho de 2002, sendo inaugurada em 20 de agosto de 2003. No Acre a Escola foi criada pela Resolução nº 110, de 23 de dezembro de 2002 e instalada em 2003. Já no Pará a Escola “Professor Benedito Nunes” foi instituída por meio de Resolução em 2002 com o objetivo de trabalhar a qualificação dos servidores e oferecer suporte conceitual de natureza técnico, administrativo, doutrinária e política às atividades do Poder Legislativo.

Já em 2003 houve a criação de cinco Escolas: a de Roraima, através da Resolução nº 18/2003, em 24 de junho de 2003; no Mato Grosso do Sul a criação da Escola se deu pela Lei nº 2.762, de 12 de dezembro de 2003, sendo que foi instalada em 04 de agosto de 2004; a Escola do Rio Grande do Norte, denominada Instituto Legislativo Potiguar, foi criada pela Resolução nº 003/2003 e reestruturada em 2008, por meio de outra Resolução, de nº 037; em Rondônia a Escola foi criada e instalada no ano de 2003, através da Resolução nº 092/2003; a última neste ano foi a de Sergipe, cuja denominação é “Deputado João de Seixas Dória”, criada através da Resolução nº 22/2003.

As Escolas do Espírito Santo e de Goiás foram criadas ambas em 2004, onde a primeira, denominada “Desembargador Antônio José Miguel Feu Rosa”, foi criada em dezembro de 2004 pela Resolução nº 2.219, e a de Goiás através da Resolução nº 1.164/2004, tendo sua instalação em 20 de maio de 2009 somente.

As últimas Escolas a serem criadas foram as dos seguintes Estados, nesta respectiva ordem: Tocantins, Alagoas, Maranhão, Ceará, Distrito Federal e Piauí. A primeira foi instalada em 17 de outubro de 2005, a segunda também teve sua criação no ano de 2005, a terceira foi através da Resolução nº 480/2005, sendo instalada em 13 de dezembro de 2006 (antes da sua implantação oficial funcionou durante um ano em caráter de planejamento e estudo). No Estado do Ceará não há notícias da data de criação da Escola, mas sabe-se que ela a 25ª Escola do Legislativo em âmbito estadual e que o Instituto de Estudos e Pesquisas sobre o Desenvolvimento do Estado do Ceará (INESP) foi quem assumiu as funções da Escola. A Escola do Legislativo do Distrito Federal (Elegis) foi criada pela Resolução nº 230 de novembro de 2007 e instalada em 17 de março de 2008. Por fim, a última Escola do Legislativo Subnacional Brasileiro a ser criada foi a do Estado do Piauí, denominada “Professor Wilson Brandão”, foi criada pela Lei nº 5.712 de dezembro de 2007, sendo inaugurada no dia 10 de abril de 2008.

As Escolas dos Estados do Amazonas, Amapá, Bahia, Paraná e Santa Catarina não disponibilizaram informações sobre sua criação, sendo assim inviável fazer sua alocação cronológica neste estudo.

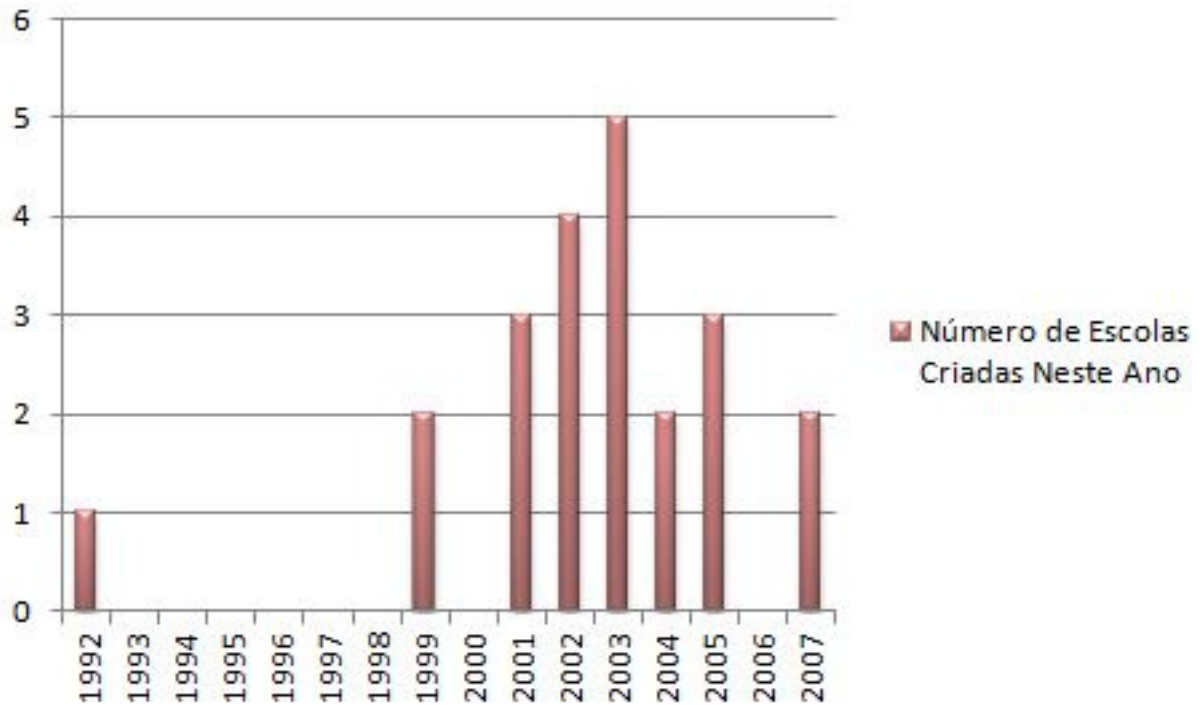
Abaixo temos a Tabela 1, que contém as datas de criação das Escolas que forneceram este dado e ainda o Gráfico 1, que mostra a quantidade de Escolas criadas por ano, feita com base nos dados da Tabela 1:

Tabela 1: Sequência cronológica das criações das Escolas dos Legislativos Subnacionais no Brasil.

ESCOLA DO LEGISLATIVO	ANO DE CRIAÇÃO
Minas Gerais	1992
Mato Grosso	1999
Pernambuco	1999
Rio de Janeiro	2001
Rio Grande do Sul	2001
São Paulo	2001
Paraíba	2002
Acre	2002
Pará	2002
Roraima	2003
Mato Grosso do Sul	2003
Rio Grande do Norte	2003
Rondônia	2003
Sergipe	2003
Espírito Santo	2004
Goiás	2004
Tocantins	2005
Alagoas	2005
Maranhão	2005
Distrito Federal	2007
Piauí	2007

Fonte: Dados coletados nos sítios eletrônicos oficiais das respectivas Assembleias Legislativas.

Gráfico 1: Representação gráfica da quantidade de Escolas criadas por ano.



Fonte: Tabela 1 desta pesquisa.

Houve ainda, concomitantemente à criação das Escolas do Legislativo brasileiras, a criação da Associação Brasileira das Escolas do Legislativo e de Contas (ABEL) e do Programa Interlegis, ambos muito importantes neste cenário de criação e de desenvolvimento das Escolas Legislativas Brasileiras, uma vez que eles proporcionam a soma dos esforços, a integração e o intercâmbio de experiências, para que as ações desenvolvidas pelas Escolas não sejam ações isoladas, tópicas, setorizadas, ou mesmo regionalizadas.

A ABEL nasceu nos dias 15 e 16 de maio de 2003, na Assembleia Geral Extraordinária instalada com o objetivo de fundar a entidade, que contou com a participação de 32 (trinta e dois) representantes de 20 (vinte) Assembleias Legislativas do Brasil.

Cabe ressaltar ainda que, conforme dados encontrados na página da ABEL, até aquela data existiam estruturadas Escolas do Legislativo em apenas quatro Assembleias: Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Pernambuco e Santa Catarina. A partir dos trabalhos de informação e divulgação da importância dessas instituições, foram criadas Escolas nos diversos Parlamentos dos Estados. Ao final de 2003 já

havia sido criadas 15 (quinze) Escolas do Legislativo. Em 2004, o número saltou para 21 (vinte e um).

A ABEL faz parte de uma vanguarda do segmento educativo e por que não dizer globalizado, já que todos os parlamentos do mundo tendem a investir na própria qualificação. A instituição existe e trabalha para a capacitação no Legislativo, para a qualificação dos seus servidores, a solidificação das instituições, e o melhor atendimento aos interesses de cada cidadão brasileiro. Recentemente sua denominação passou à Associação das Escolas do Legislativo e de Contas, por congregar também as Escolas dos Tribunais de Contas.

Já o Programa Interlegis surgiu em 1997, inicialmente financiado apenas pelo Senado Federal, com objetivo único de levar a inclusão digital às Câmaras Municipais. Porém em 1999 ele passou a ser financiado também pelo Banco interamericano de Desenvolvimento (BID), passou a se chamar Programa Interlegis I e seu objetivo se tornou mais audacioso: modernizar e integrar o Poder Legislativo.

No início o Programa Interlegis entregava às casas legislativas computadores e impressoras e oferecia o Treinamento Básico do Interlegis (TBI), que é um treinamento para utilização dos computadores, da Internet e de ferramentas básicas de trabalho administrativo. Conforme informações divulgadas em seu site, no total foram aproximadamente 3.000 (três mil) Casas Legislativas beneficiadas.

Em 2003 o Programa concluiu a instalação de salas de videoconferências e salas multiuso com 20 (vinte) computadores, impressora e internet nas 26 Assembleias Legislativas, na Câmara Legislativa do Distrito Federal e no TCU.

Lançado em 2004 e concluído em 2005, o Interlegis realizou o Censo do Legislativo – uma radiografia da situação das Casas Legislativas.

Entre 2006 e 2007 foi executado o Projeto Piloto de Modernização (PPM). Este projeto foi direcionado a cem casas legislativas selecionadas que receberam um kit composto de 06 (seis) computadores, 01 (um) rack para roteadores, 01 (uma) impressora, acesso à internet por 01 ano e telefone Voip com acesso direto ao Interlegis e às demais câmaras beneficiadas. O PPM teve também o propósito de consolidar e integrar os produtos de tecnologia, desenvolver processos e criar uma metodologia de trabalho para modernizar as Casas Legislativas.

Em 2007 foi assinado o contrato multifásico Programa Interlegis II, que teve sua execução iniciada em 2009 e com previsão de término em 2014.

Na primeira fase do Interlegis II está o Projeto de Modernização Legislativa – PML. O PML prevê ações de modernização nas Câmaras Municipais sediadas nas cidades-polo brasileiras que cumprem o importante papel de multiplicar o modelo de modernização implantado pelo Interlegis. Pelo PML, cumprindo a meta contratual estabelecida pelo BID, foram diagnosticadas e conveniadas 340 (trezentas e quarenta) câmaras que estão, agora, em processo de certificação.

Em 2013, como consequência da reforma administrativa do Senado Federal, a Secretaria Especial do Interlegis – SINTER foi extinta e o Programa Interlegis passou a ser executado pelo Instituto Legislativo Brasileiro – ILB.

Agora que já se sabe o contexto de criação das Escolas do Legislativo no Brasil é possível aprofundar um pouco mais o seu estudo, avaliando-as em perspectiva comparada com intuito de, dentro das limitações dos dados encontrados, analisar suas atuações.

2.2. COMPARANDO AS ATUAÇÕES DAS ESCOLAS.

Sabe-se que o objetivo geral das Escolas do Legislativo é contribuir para a formação técnica e política de agentes públicos e da sociedade em geral e que para concretizar este objetivo as Escolas desenvolvem ações de capacitação de curta, média e longa duração, voltadas para deputados, vereadores, servidores das assembleias e de câmaras municipais, lideranças comunitárias, entidades e cidadãos interessados em aprofundar conhecimentos sobre política e Poder Legislativo. Neste sentido, espera-se que as mesmas tenham uma relação positiva com a institucionalização das suas respectivas Casas Parlamentares.

As Escolas dos Legislativos Subnacionais Brasileiros, por meio da educação permanente, da interlocução entre seus vários públicos e de um conjunto de atividades que configuram uma atuação em crescente movimento de organização e aprimoramento, buscam, no geral, auxiliar os Parlamentos para que eles se

estabeleçam e sejam reconhecidos como espaços de produção de conhecimento, além de contribuir para aumento do conhecimento político da sociedade em geral.

Verificar, então, a intensidade das atividades desenvolvidas pelas Escolas e a oferta de oportunidade de formação de seus públicos faz-se necessário, uma vez que uma Escola pouco atuante não poderá influenciar positivamente a institucionalização de sua Casa Legislativa.

Assim, tendo em mente estas bases de atuação, com intuito de estudar comparativamente as Escolas, foram criados cinco indicadores das atividades de relevância por elas desenvolvidas, o que permitiu quantificar a oferta de cada Escola, que receberam notas de 0 (zero) a 10 (dez). Para cada indicador foram distribuídos 02 (dois) pontos, que foram divididos dentro em uma determinada quantidade de itens relacionados entre si.

A Tabela 2 a seguir mostra todos os quesitos julgados e suas respectivas pontuações:

Tabela 2: Quesitos selecionados para julgar as atuações das Escolas dos Legislativos Subnacionais e a pontuação referente a cada quesito.

QUESITOS JULGADOS	PONTUAÇÃO	OBSERVAÇÃO
Histórico, criação, diretrizes e objetivos.	02 pontos.	0,5 ponto para cada item.
Agenda dos acontecimentos da escola, publicações, materiais e notícias.	02 pontos.	0,5 ponto para cada item.
Cursos internos e cursos externos.	02 pontos	01 ponto para cada item.
Programas e projetos.	02 pontos	01 ponto para cada item.
Existência de relatórios.	02 pontos	Não há observações.

Fonte: Estes dados foram criados unicamente para elaboração deste estudo.

Por meio destes quesitos, que foram determinados essenciais dentro deste estudo, as Escolas Legislativas existentes em todos os estados do Brasil foram avaliadas e comparadas. As pontuações foram distribuídas de acordo com as informações disponibilizadas em suas páginas, em páginas da própria Assembleia Legislativa, na página da Associação Brasileira de Escolas do Legislativo (ABEL) e por meio de notícias de sites diversos.

As dificuldades para avaliar os quesitos foram diversas, como por exemplo: páginas desatualizadas e algumas escolas que sequer possuem página na internet. Fatores estes que dificultam a transparência, o acesso e até mesmo a fiscalização pela sociedade dos trabalhos que vem sendo feitos. O objetivo das Escolas de modo mais geral é aprimorar a qualificação do corpo técnico, porém em sua grande maioria percebemos a realização de cursos voltados para a participação do público externo, em parceria com o ILB – Instituto Legislativo Brasileiro que é a escola do Senado Federal e disponibiliza diversos cursos online. A divulgação das agendas e principalmente dos resultados dos trabalhos é vista em poucos Estados, bem como a disponibilização de publicações sobre temas correlacionados aos interesses das escolas.

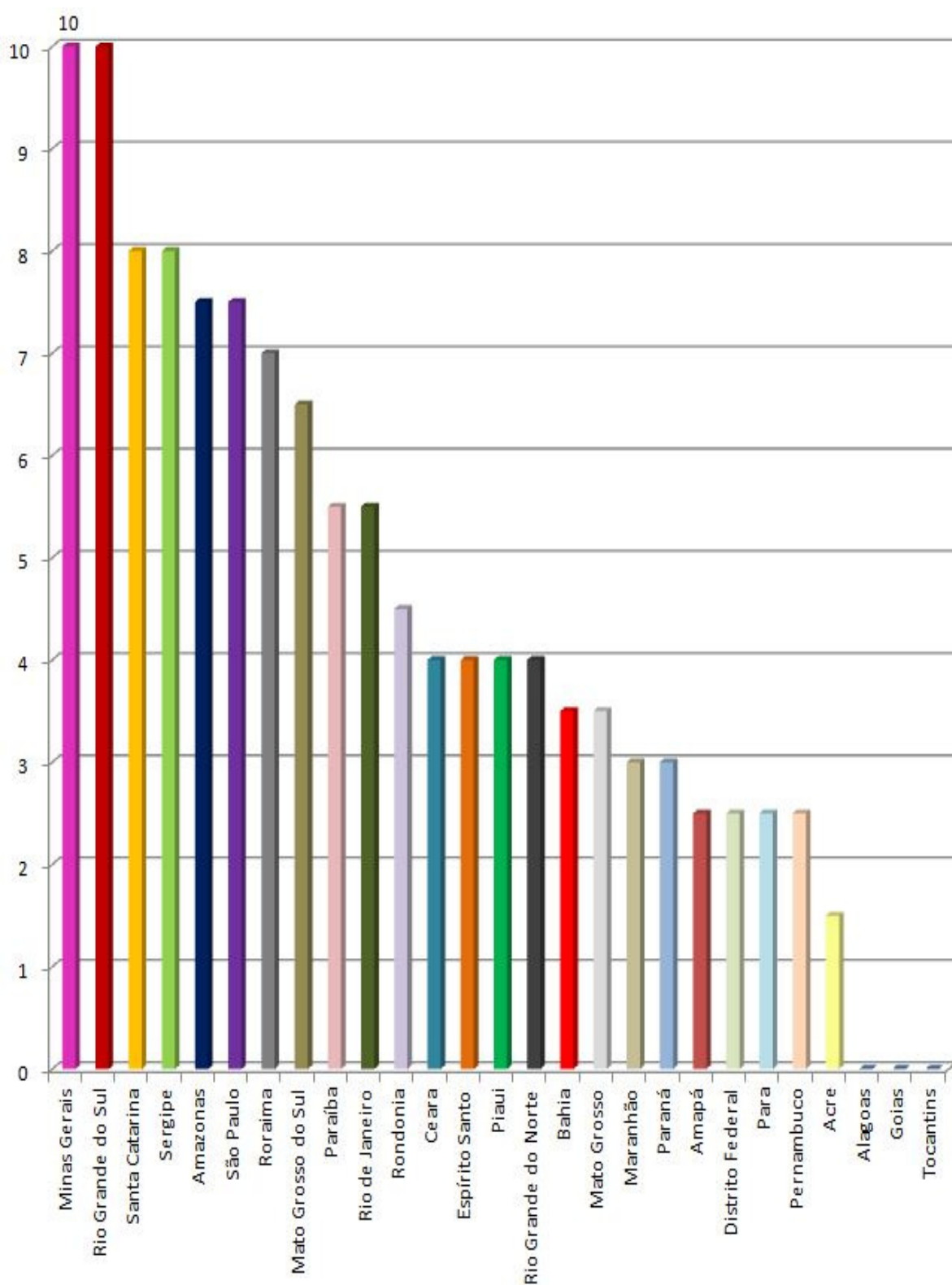
2.2.1. Tabela de Pontuação das Escolas e sua representação gráfica.

Tabela 3: Pontuação obtida por todas as Escolas do Legislativo no Brasil em ordem decrescente de pontos.

	Escola	Histórico	Criação	Diretrizes	Objetivos	Agenda	Publicações	Materiais	Notícias	Cursos Externos	Cursos Internos	Programas	Projetos	Relatórios	Total
1	Minas Gerais	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	1	1	1	1	2	10
2	Rio Grande do Sul	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	1	1	1	1	2	10
3	Santa Catarina	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	1	1	1	1	0	8
4	Sergipe	0,5	0,5	0,5	0,5	0	0	0	0	1	1	1	1	2	8
5	Amazonas	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0	1	1	1	1	0	7,5
6	São Paulo	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0	0,5	1	1	1	1	0	7,5
7	Roraima	0,5	0,5	0	0	0,5	0,5	0,5	0,5	1	1	1	1	0	7
8	Mato Grosso do Sul	0	0	0,5	0,5	0,5	0,5	0	0,5	1	1	1	1	0	6,5
9	Paraíba	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0	0,5	1	1	0	0	0	5,5
10	Rio de Janeiro	0	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	1	1	0	0	0	5,5
11	Rondonia	0	0	0	0	0	0	0	0,5	1	1	1	1	0	4,5
12	Ceara	0,5	0,5	0	0,5	0	0	0	0,5	1	1	0	0	0	4
13	Espírito Santo	0,5	0,5	0,5	0,5	0	0	0	0	1	0	0	1	0	4
14	Piauí	0,5	0,5	0,5	0,5	0	0,5	0	0,5	1	0	0	0	0	4
15	Rio Grande do Norte	0	0	0,5	0,5	0	0,5	0	0,5	1	1	0	0	0	4
16	Bahia	0,5	0,5	0	0	0	0	0	0,5	1	1	0	0	0	3,5
17	Mato Grosso	0	0	0	0	0,5	0,5	0	0,5	0	0	1	1	0	3,5
18	Maranhão	0,5	0,5	0,5	0,5	0	0	0	0	0	1	0	0	0	3
19	Paraná	0	0	0	0	0	0,5	0	0,5	1	1	0	0	0	3
20	Amapá	0	0	0	0	0	0	0	0,5	1	1	0	0	0	2,5
21	Distrito Federal	0	0	0	0,5	0	0	0	0	1	0	0	1	0	2,5
22	Para	0	0,5	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0	2,5
23	Pernambuco	0	0	0	0	0	0	0	0,5	1	1	0	0	0	2,5
24	Acre	0	0,5	0	0	0	0,5	0,5	0	0	0	0	0	0	1,5
25	Alagoas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
26	Goias	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
27	Tocantins	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: pontuação dada conforme dados coletados nas páginas oficiais das Assembleias de casa Estado.

Gráfico 2: Representação gráfica das pontuações totais obtidas por cada Escola dos Legislativos Subnacionais no Brasil em ordem decrescente.



Fonte: Tabela 3 desta pesquisa.

2.2.2. Análise de Dados.

Na Tabela 3 os pontos foram dados àquelas Escolas que disponibilizaram dados referentes aos quesitos utilizados para julgar a oferta de cada Escola, por exemplo: se no site de uma determinada Assembleia encontrou-se dados sobre o histórico da Escola, então a mesma ganhou 0,5 ponto neste quesito, caso o dado não tenha sido encontrado a Escola não ganhou pontos, e assim por diante, observando-se todos os quesitos criados nesta pesquisa.

O resultado se mostrou bem diversificado, conforme comprova a Tabela 3 e ele (o resultado) será apresentado, primeiramente, pela análise da pontuação obtida em cada quesito e por fim pela pontuação obtida em cada Estado.

Observa-se que apenas treze Escolas possuem algum tipo de histórico e dezesseis Escolas possuem dados da sua criação. Comparando com a amostra total (vinte e sete escolas), é de se observar que este dado é significativo e de grande importância para a compreensão da formação das Escolas, visto que, todas as Escolas possuem histórico e criação, mesmo que não divulguem.

As diretrizes são contempladas por treze Escolas e os objetivos que permeiam as praticas só são explicitadas em quinze Escolas, o que nos leva a crer que as atividades muitas vezes são feitas baseadas em necessidades momentâneas, sem planejamento de longo prazo e sem nenhuma transparência quanto às atividades realizadas pelas Escolas.

As agendas das atividades realizadas só foram disponibilizadas em dez Escolas; as publicações em quatorze Escolas; e o material disponível em sete. Estes números são bastante reduzidos, o que impacta na execução de cursos, palestras, seminários e programas realizados por estas, pois, sem a as atividades realizadas, sem as publicações e sem o material, o corpo técnico e principalmente a população não se informa sobre as atividades propostas, acarretando em um número reduzido de capacitações, sugerindo precariedade quanto aos seus objetivos.

A transparência através de notícias, ainda que seja vista em dezessete escolas, é ainda um agravante, pois uma das formas de controle da sociedade sobre

os acontecimentos das Escolas é através de notícias, e isto deveria ser requisito principal para o funcionamento adequado de uma Escola.

Analisando a parte de cursos oferecidos e divulgados pelos portais, temos um número de dezenove a vinte Estados, sendo um número alto, perto das demais variáveis analisadas, o que deveria ser contemplado por todas as Escolas analisadas, pois este é um quesito preponderante para a existência de uma Escola. Assim, podemos dizer também sobre os programas e projetos, que são essenciais para as Escolas e apenas dez Estados realizam programas e doze Estados realizam projetos, inviabilizando um planejamento adequado do desenvolvimento das Escolas.

Um dado alarmante é que apenas três Escolas analisadas apresentam relatórios finais de suas atividades, mostrando falta de transparência e interesse para com a população das ações e problemas enfrentados pelas Escolas.

Fazendo a análise das pontuações totais obtidas por cada uma das Escolas de cada estado percebemos que as menores notas foram alcançadas pelas Escolas do Acre, Amapá, Distrito Federal, Pará e Pernambuco, que não disponibilizam nada além de notícias, objetivos, data de criação, cursos promovidos e/ou projetos, obtendo assim no máximo dois pontos e meio cada escola.

Em seguida, com pontuações entre 03 (três) e 04 (quatro), temos as Escolas dos seguintes Estados: Maranhão, Paraná, Bahia, Mato Grosso, Ceará, Espírito Santo, Piauí e Rio Grande do Norte, que marcaram a referida pontuação por terem preenchido, completamente, pelo menos um dos grupos de quesitos.

Ainda entre as Escolas que pouco pontuaram, temos as dos Estados de Rondônia, Paraíba e Rio de Janeiro, que obtiveram notas entre 4,5 (quatro e meio) e 5,5 (cinco e meio) por terem preenchido completamente no mínimo dois dos grupos de quesitos.

As Escolas que obtiveram melhor pontuação foram as dos seguintes estados: Mato Grosso do Sul, Roraima, Amazonas, São Paulo, Sergipe, Santa Catarina, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, sendo que as 04 (quatro) primeiras perderam pontos por não disponibilizarem relatórios entre outros quesitos, e as últimas quatro obtiveram 08 (oito) pontos ou mais, onde Sergipe perdeu 02 (dois) pontos por não disponibilizar os itens do segundo grupo de quesitos, Santa Catarina perdeu outros

02 (dois) pontos por não disponibilizar relatórios das atividades promovidas em sua Escola do Legislativo.

Rio Grande do Sul e Minas Gerais têm as únicas escolas que obtiveram pontuação máxima. Os Estados cujas Escolas que não pontuaram são Alagoas, Goiás e Tocantins, sendo que a de Alagoas não pontuou pelo fato do site oficial da Assembleia estar fora do ar, sendo assim não foi possível coletar os dados para distribuir pontos.

2.3. AS EXPERIÊNCIAS MAIS SIGNIFICATIVAS.

Podemos concluir que o trabalho das Escolas do Legislativo no Brasil ainda tem muito que evoluir. Casos modelo como os das Escolas de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul, que obtiveram pontuação máxima, ainda são exceção. Os dados disponibilizados são escassos, há pouca informação sobre o que efetivamente vem sendo feito, o que sacrifica o acesso da população e a avaliação mais cuidadosa do cidadão sobre as Escolas. A transparência tem hoje papel fundamental quando se fala em qualquer atividade relacionada ao Estado e sendo as Escolas Legislativas pertencentes ao Poder Legislativo o que se esperava era um trabalho feito da maneira mais transparente possível, onde se conseguisse aferir mais informações.

Pelo exposto, fica claro o quanto ainda se espera das Escolas do Legislativo no Brasil, seja tanto em uma atuação mais efetiva, quanto em uma agenda que tenha maior eficácia. Espera-se também um acesso maior no que diz respeito à agenda e aos resultados produzidos por meio delas, acesso esse que fica comprometido pela divulgação precária que é feita pela maioria das Escolas nos portais da internet. A expectativa é que tenhamos em todas as Escolas a clareza e o alto grau e informações hoje encontradas em algumas poucas e que o trabalho seja aprimorado para que todas sejam elevadas a um alto grau de transparência, possibilitando que qualquer cidadão possa ter fácil acesso a suas agendas, suas notícias, suas publicações e principalmente seus resultados.

Desta forma, realizar um trabalho que exponha de forma minuciosa toda a atuação de uma Escola que pode ser considerada modelo, como a de Minas Gerais,

pode vir a auxiliar as demais Escolas a alcançarem os seus objetivos gerais e específicos, possibilitando que as mesmas atuem de maneira mais efetiva, com uma agenda mais eficaz.

Exposto isto, este estudo irá mostrar detalhadamente, em seu segundo capítulo, a atuação da Escola do Legislativo de Minas Gerais, que, conforme se comprovou anteriormente, está entre as melhores do país.

3. CAPÍTULO 2 – A ESCOLA DO LEGISLATIVO DE MINAS GERAIS.

Conforme informações divulgadas no site oficial da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG), o objetivo da Escola quando da sua criação, em 1992, era promover ações de capacitação e atualização de deputados e servidores da Assembleia de Minas. Hoje, além de cumprir essa missão, a Escola ampliou suas ações, de formação técnica e política, a diversos públicos externos, como agentes públicos, lideranças comunitárias e entidades, além dos demais cidadãos interessados na atuação do Legislativo.

De acordo com a Gerente-Geral da Escola do Legislativo de Minas Gerais, a Sra. Ruth Schmitz de Castro, a Escola nasceu “com a missão de oferecer suporte conceitual de natureza técnico-administrativa, legislativa, doutrinária e política às atividades do Poder Legislativo; profissionalizar os servidores da Assembleia; constituir um repertório de informações para subsidiar a elaboração de projetos e demais proposições legislativas; e de oferecer ao parlamentar e ao servidor a oportunidade de melhor se identificarem com a missão do Poder Legislativo”.

Para compreender melhor como a ELMG atua para alcançar os referidos objetivos, dividiu-se então este capítulo em três seções: na primeira encontram-se as informações gerais da Escola, dados sobre sua criação, objetivos, missão, atividades, publicações e as redes de escolas, onde se compartilham conhecimentos e experiências.

As segunda e terceira seções apresentam dados concretos e números dos resultados obtidos pela Escola em suas atividades realizadas nos anos de 2010 e 2011, respectivamente. Por fim comparam-se os resultados consolidados dos dois anos estudados, o que possibilita chegar a uma conclusão positiva sobre as atividades desenvolvidas dentro da ELMG.

Para construção do capítulo foram utilizados somente dados coletados na internet, dentro da página oficial da Assembleia de Minas Gerais.

3.1. INFORMAÇÕES GERAIS.

A Escola do Legislativo da ALMG tem por objetivo contribuir para a formação técnica e política de agentes públicos e da sociedade em geral e tem ações voltadas para deputados, vereadores, servidores da ALMG e de câmaras municipais mineiras, lideranças comunitárias, entidades e cidadãos interessados em aprofundar conhecimentos sobre política e Poder Legislativo. Além de atividades presenciais, a Escola do Legislativo também conta com mais um meio efetivo de construir e difundir a educação legislativa: a Educação a Distância.

A educação à distância foi incorporada à ALMG, através da Escola do Legislativo, para ampliar o alcance de suas ações e torná-las acessíveis aos interessados em conhecer ou se atualizar sobre o Parlamento. Entre os temas de cursos, destacam-se história política mineira e noções de processo e técnica legislativa. O Público-alvo desta modalidade são servidores da ALMG, vereadores e servidores das Câmaras Municipais e público externo. Os seus formatos são:

- Autoinstrucionais, onde o estudante é responsável pelo seu processo de aprendizagem. Ele define o seu próprio ritmo, período e sequência de estudo, sem interação com o professor.
- Com interação, onde o professor interage com os alunos na discussão dos conteúdos, na prática de atividades participativas e colaborativas. Ele influi no ritmo e na sequência do aprendizado.

3.1.1. Atividades Desenvolvidas pela Escola.

A Escola do Legislativo tem atividades de capacitação (para servidores e público externo), de estudos e pesquisas e de educação legislativa. Entre os trabalhos desenvolvidos, destacam-se os voltados para as câmaras municipais, que favorecem a interiorização das ações da Assembleia de Minas; e as iniciativas para o público jovem, especialmente estudantes de escolas públicas e privadas, com foco na formação política e na educação para a cidadania. São cursos, palestras,

exposições, treinamentos e debates que divulgam conhecimentos sobre as funções legislativas e estimulam sua reflexão.

Dentre as atividades de capacitação externa existem ações destinadas de apoio ao cidadão, apoio aos municípios e apoio interinstitucional. O primeiro grupo de apoio promove atividades voltadas ao cidadão e às organizações e entidades da sociedade civil, relacionadas ao Poder Legislativo e o objetivo é contribuir para a qualificação da participação popular no processo legislativo. O segundo grupo promove ações voltadas aos agentes políticos e técnicos de câmaras e prefeituras, com conteúdos relacionados ao Poder Legislativo; elas são realizadas em Belo Horizonte ou no município interessado, em parceria com órgãos e entidades locais. Já no terceiro e último grupo de apoio temos atividades destinadas a servidores e a técnicos de instituições públicas estaduais, com conteúdos relacionados ao Poder Legislativo; neste o atendimento se dá a partir de demanda e em parceria com as instituições solicitantes.

Dentre as atividades de capacitação interna encontramos: apoio ao parlamentar; formação continuada; e formação gerencial e desenvolvimento para o trabalho. No primeiro grupo as atividades são voltadas aos deputados e seus assessores, com conteúdos relacionados ao Poder Legislativo e o objetivo é contribuir para o aprimoramento da prática político-parlamentar, incluindo programação específica de recepção aos parlamentares no início de cada legislatura. O segundo grupo desenvolve atividades para servidores do quadro permanente da ALMG e das assessorias parlamentares sobre suas funções técnico-administrativas. Já o terceiro grupo promove ações em apoio à Diretoria de Recursos Humanos, específicas para servidores que ocupam cargos e funções de direção e assessoramento da ALMG, e ações destinadas ao desenvolvimento de competências comportamentais de servidores da ALMG que contribuam para o aprimoramento individual e de suas relações interpessoais.

A Escola do Legislativo ainda é credenciada pelo Conselho Estadual de Educação para oferecer cursos de pós-graduação. Eles são abertos a parlamentares, servidores da ALMG e aos cidadãos que interagem com o Poder Legislativo.

A Escola também apoia projetos de estudos e pesquisa sobre democracia, legislativo, prática político-parlamentar e políticas públicas, entre outros temas, a fim

de produzir, divulgar e aprimorar conhecimentos sobre as funções e a atuação do Parlamento. Dentro desta ramificação das atividades desenvolvidas pela Escola temos as seguintes atividades:

- Especialização: cursos de especialização certificados pela Escola do Legislativo ou oferecidos em parceria com instituições mineiras de ensino superior, destinados aos servidores da ALMG e abertos também ao público em geral, ligados direta ou indiretamente ao poder público, especialmente o Legislativo;
- Pensando em Minas: palestras destinadas ao público em geral para apresentar, debater e divulgar teses, dissertações, pesquisas e trabalhos técnicos de servidores da ALMG ou pesquisadores de instituições mineiras de ensino superior, sendo que o programa aborda temas relacionados com política e Poder Legislativo; e
- Projetos de Estudo e Pesquisa: atividades desenvolvidas por servidores da ALMG no Núcleo de Estudos e Pesquisa da Escola do Legislativo – Nepel. Suas linhas temáticas incluem democracia representativa e instrumentos de participação popular; Estado-membro no contexto do federalismo brasileiro atual; Poder Legislativo e sua relação com os demais Poderes e funções do Estado, com a iniciativa privada e ongs; Parlamento e políticas públicas; e a prática político-parlamentar do Poder Legislativo estadual e de seus membros. O Nepel também pode ser integrado por pesquisadores de instituições de educação superior parceiras em projetos específicos.

3.1.2. Publicações.

No site da ALMG é possível encontrar as 21 (vinte e uma) edições dos Cadernos da Escola do Legislativo, que são publicados semestralmente com intuito de ser um espaço de reflexão sobre a realidade sociopolítica e cultural, promovendo um diálogo entre a atividade parlamentar e a produção acadêmica.

Encontra-se no site também a Coleção Passo a Passo, que tem por objetivo tornar acessíveis ao público externo todas as informações necessárias ao acompanhamento efetivo dos trabalhos realizados pelo Poder Legislativo, e faz

parte do esforço que a Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais vem desenvolvendo no sentido de promover uma efetiva integração com a sociedade.

Existe ainda o Kit Cidadania, utilizado como material de apoio a atividades de formação política, educação legislativa e educação para a cidadania. Este kit é composto por videoaulas, cartilha eletrônica e o Manual do Professor, e tem por objetivo dar às escolas condições que permitam aos jovens terem acesso ao conjunto de conhecimentos socialmente elaborados e reconhecidos como necessários para exercer a cidadania.

O Material de Informações Úteis para o Funcionamento das Câmaras Municipais reúne informações básicas transmitidas nos Encontros Regionais e nos cursos oferecidos pela Escola do Legislativo, referentes à atuação das Câmaras Municipais. Tendo em vista a experiência da maioria dos Deputados com a política municipal, a compreensão que eles têm dos problemas e desafios inerentes à administração dos municípios, e a importância de se buscar, no âmbito das cidades, referências para se pensar na realidade global do Estado, a ALMG sempre teve vinculação com os Prefeitos e Vereadores mineiros, e, portanto, a Casa está sempre aberta aos representantes municipais, apoiando suas reivindicações nas esferas estadual e federal.

Com o objetivo de mostrar os resultados do projeto Parlamento Jovem, a ALMG divulga em seu site o livro Educação Política da Juventude – A Experiência do Parlamento Jovem. O livro foi organizado pelas professoras Regina de Paula Medeiros e Maria Elizabeth Marques, da PUC Minas, e foi ordenado em duas partes. A primeira parte traz artigos de técnicos da ALMG e da universidade, com uma leitura analítica do projeto. A segunda parte apresenta artigos de professores e estagiários do Curso de Ciências Sociais da universidade, pautados em pesquisa financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais (Fapemig), entre 2008 e 2010.

Além das publicações acima elencadas, no site ainda é possível encontrar vídeos e áudios das Palestras e aulas dos cursos e programas de educação legislativa, formação política e educação para cidadania da Escola do Legislativo.

3.1.3. Redes de Escolas.

Com objetivo de compartilhar conhecimentos e experiências sobre boas práticas de formação e aperfeiçoamento profissional de servidores públicos, incentivando a produção de conhecimento em ambientes virtuais sobre o Poder Legislativo, a Escola do Legislativo da ALMG participa de redes formadas por escolas de governo, de legislativos, de tribunais de contas e de formação de agentes públicos. As redes das quais a Escola participa são as seguintes:

- Rede Nacional de Escolas de Governo: reúne instituições de ensino federais, estaduais e municipais de administração pública e escolas de governo vinculadas aos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. Esta rede tem como objetivo aumentar a eficácia das instituições que trabalham com formação e aperfeiçoamento profissional dos servidores públicos dos três níveis de governo. Como perspectiva de trabalho, busca o compartilhamento de conhecimentos e de experiências sobre boas práticas das Escolas de Governo, incentivando trabalhos em parceria. A rede é coordenada pela Escola Nacional de Administração Pública (ENAP);
- Associação Brasileira das Escolas do Legislativo e de Contas (Abel): Congrega Escolas, Centros de Treinamento, Institutos de Estudos e Pesquisa e entidades vinculadas ao Poder Legislativo brasileiro, nos níveis federal, estadual e municipal, incluindo também as Escolas dos Tribunais de Contas. O objetivo principal da ABEL é promover o aperfeiçoamento das atividades legislativas por meio de eventos educativos de formação, capacitação e qualificação de servidores, e incentivar o intercâmbio de informações de interesse comum;
- Rede de Escolas de Formação de Agentes Públicos de Minas Gerais (Reap/MG): Reúne escolas de governo de órgãos públicos federais e estaduais, com atuação em Minas Gerais. Seus objetivos são compartilhar conhecimentos e experiências sobre formação de servidores públicos e promover parcerias em ações de educação, fomentando o intercâmbio de experiências quanto a programas, metodologias, serviços técnicos e sistemas de capacitação profissional desenvolvidos; e

- Rede de Escolas do Legislativo de Minas Gerais – *Em formação*: Mobiliza as escolas das câmaras municipais mineiras, para multiplicar, por meio de parcerias, ações de capacitação e formação de seus servidores e atividades de formação política e de educação para cidadania. Em setembro de 2008, a Escola do Legislativo de Minas Gerais e o Centro de Apoio às Câmaras da ALMG (Ceac) promoveram o Encontro com as Escolas de Legislativos Municipais Mineiros.

3.2. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS EM 2010.

De acordo com o relatório de atividades da Escola do Legislativo 2010, as atividades promovidas pela Escola vêm sendo continuamente transformadas ao longo dos seus anos de funcionamento. Utilizando informações apresentadas pela Gerente-Geral da Escola, a Sra. Ruth Schmitz de Castro, no que tange às ações internas, pode-se destacar alguns modelos de capacitação que foram sendo transformados pela natureza dinâmica e multifacetada dos saberes mobilizados pelos profissionais a serem capacitados em seu trabalho cotidiano. Nas ações voltadas para o público externo, destaca-se o aprimoramento do Parlamento Jovem, que em 2010 inaugurou sua fase estadual, integrando escolas e câmaras de 12 municípios mineiros, no esforço de educar os jovens para a cidadania e para a participação consciente.

A programação desenvolvida pela Escola em 2010 e nos anos precedentes vem apresentando cada vez mais sintonia com a natureza do saber engendrado no Parlamento e na sociedade. Não há que se falar em grade ou em matriz curricular: o que buscamos se aproxima mais de uma rede, uma teia curricular que pressupõe ações, compromissos e intenções declaradas visando sempre a melhorar a qualidade da atividade política e legislativa desenvolvida em nosso Estado e a compreensão que os cidadãos têm dessa atividade. (Ruth Schmitz de Castro, 2010)

Tal teia curricular procurava atingir públicos de variados segmentos da sociedade, envolvendo ações de naturezas diversas, o que exigiu um planejamento combinado de áreas temáticas, conteúdos, destinatários e programas, propondo ações que não podiam ser ocasionais, mas sim frequentes o suficiente para garantir que a qualificação da prática através da teoria e o adensamento da teoria se

dessem em função da “reflexão sobre a prática de seus procedimentos” (Ruth Schmitz de Castro, 2010).

A finalidade última era melhorar tanto o nível de informação da sociedade sobre o Poder Legislativo, quanto a competência desse Poder em atender às demandas dessa sociedade. (Ruth Schmitz de Castro, 2010)

Ainda de acordo com a Sra. Ruth Schmitz de Castro, merece destaque o incremento das ações de educação à distância, que visam a um aumento do alcance das atividades da Escola e, conseqüentemente, a um melhor aproveitamento dos recursos despendidos. Ao ser indicado como um dos projetos que integraram a carteira inicial de projetos estratégicos estabelecida em 2010, a Educação a Distância ganhou novo impulso e, como pode ser constatado pelos números deste relatório, afirma-se como mais um meio efetivo de construir e difundir a educação legislativa, principal contribuição de uma Escola forjada no seio do Parlamento, para a formação para a cidadania e para o fortalecimento da democracia.

Este capítulo “procura materializar as preocupações acima expostas em programas, projetos, cursos, palestras, estudos e publicações” (Ruth Schmitz de Castro, 2010) e aqui esta materialização se dará através das atividades desenvolvidas no ano de 2010.

Em 2010, a Escola do Legislativo atendeu 9.998 pessoas, sendo eles servidores da ALMG, agentes públicos municipais, lideranças, professores, estudantes e cidadãos interessados ou participantes das atividades da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, dentro de um total de 190 (cento e noventa) atividades de formação política e de capacitação em educação legislativa realizadas.

Nesse período, além das atividades permanentes, a Escola se esforçou especialmente para tentar implantar o seu Projeto Estratégico de Educação a Distância. Este projeto integra a carteira de ações prioritárias da ALMG, definida pela Mesa, com o objetivo de materializar os compromissos do seu “Direcionamento Estratégico Assembleia 2020”, um conjunto de diretrizes para a atuação do Legislativo de Minas Gerais nos próximos dez anos.

Além da concepção do projeto e estruturação e formação da equipe do núcleo de EaD, a Escola do Legislativo iniciou o contato com professores, para elaboração

de novos cursos, e realizou oito atividades abertas aos servidores e ao público interessado, três delas oferecidas pela primeira vez. Outros dois novos cursos estavam em fase final de elaboração para serem oferecidos no início de 2011. Os oito cursos somaram 170 (cento e setenta) horas/aula, atendendo um universo de 538 (quinhentos e trinta e oito) alunos, especialmente os vinculados às câmaras municipais mineiras, público preferencial das atividades à distância.

A Escola do Legislativo ainda esteve à frente de dois grandes projetos de Educação para a Cidadania que tiveram grande repercussão na comunidade escolar: o Expresso Cidadania e o Parlamento Jovem Minas 2010. O primeiro, coordenado pela Diretoria de Comunicação Institucional, com o apoio da Escola, em 2010, chegou à sua segunda edição. O segundo projeto reproduziu a mesma dinâmica das seis edições anteriores, porém com uma grande inovação: a sua interiorização.

Nesta edição do Parlamento Jovem, 12 (doze) Câmaras Municipais mineiras se engajaram no projeto, mobilizando mais de 800 (oitocentos) estudantes do ensino médio de escolas de diferentes regiões do Estado. A etapa estadual trouxe a Belo Horizonte 112 (cento e doze) estudantes, representantes de cada um dos municípios participantes, e resultou num documento final com 10 (dez) propostas prioritárias e outras sugestões de ação para o Poder Público.

A formação introdutória dos novos servidores da ALMG e o atendimento das demandas internas de treinamento e atualização são atividades permanentes da Escola do Legislativo que integram seu calendário sempre tiveram grande destaque. Em 2010, foram oferecidas 62 (sessenta e duas) atividades para os servidores da ALMG, representando mais de um terço das ações da Escola. Foram atendidos 2.023 (dois mil e vinte e três) servidores, em treinamentos, cursos, oficinas e palestras.

No atendimento às Câmaras Municipais e demais instituições públicas e entidades da sociedade civil, o principal destaque foi a continuidade do apoio ao Projeto Exposição Itinerante, coordenado pelo Centro de Apoio às Câmaras da ALMG (Ceac). Essa edição incorporou a temática do ciclo de palestras realizado pela Escola do Legislativo, em 2008, sobre Formação do Povo Mineiro. Assim, além da exposição itinerante, o projeto incluiu na sua programação o painel “História, Memória e Sociedade – Papel das Instituições Públicas” e o curso “Noções

Introdutórias de Práticas Arquivísticas”, organizados pela Escola do Legislativo, com a participação da Gerência-Geral de Documentação e Informação. Sediaram o projeto cinco municípios mineiros, mobilizando 698 (seiscentos e noventa e oito) servidores de legislativos e técnicos da área de arquivo das instituições públicas municipais.

Ainda em 2010, a Escola do Legislativo aprofundou o seu relacionamento com as instituições de ensino superior, com o objetivo de disseminar e incentivar a produção de novos conhecimentos sobre o Legislativo Estadual e, em especial, sobre a Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Em parceria com a PUC Minas e com o Departamento de Ciência Política da UFMG, entre outras instituições de ensino, foram realizados encontros e palestras visando promover o diálogo entre teoria e prática. Esse mesmo esforço foi direcionado para ampliar a participação da ALMG nas organizações nacionais representativas do Poder Legislativo, como a Rede de Escolas de Formação de Agentes Públicos de Minas Gerais (Reap/MG), a Rede Nacional de Escolas de Governo (Enap) e a Associação Brasileira das Escolas do Legislativo e de Contas (Abel).

3.2.1. Resultado Consolidado.

No total a Escola desenvolveu 05 (cinco) programas, sendo eles: o Projeto Estratégico da ALMG 2020 – Educação a Distância, Capacitação Interna, Cooperação Interinstitucional, Educação para a Cidadania e Pesquisa e Reflexão.

Dentro do primeiro programa a Escola realizou 14 (quatorze) atividades, com uma carga horária de 200 (duzentas) horas e 1.641 (mil seiscentos e quarenta e um) participantes.

Dentro do segundo a Escola realizou 62 (sessenta e duas) atividades, com uma carga horária de 651 (seiscentas e cinquenta e uma) horas e 2.041 (dois mil e quarenta e um) participantes.

No terceiro a Escola realizou 20 (vinte) atividades, com carga horária de 116 (cento e dezesseis) horas e 1.611 (mil seiscentos e onze) participantes.

Dentro do quarto foram realizadas 85 (oitenta e cinco) atividades, com carga horária de 374 (trezentas e setenta e quatro) horas e 4.082 (quatro mil e oitenta e dois) participantes.

O quinto e último programa desenvolveu 09 (nove) atividades, com carga horária de 35 (trinta e cinco) horas e 623 (seiscentos e vinte e três) participantes.

Somando esses dados, o que possibilita ter acesso a uma única informação para toda a Escola, chega-se ao seguinte resultado: 190 (cento e noventa) atividades realizadas, com carga horária de 1.376 (mil trezentas e setenta e seis) horas, com 9.998 (nove mil novecentos e noventa e oito) participantes.

Dentro do item 3.4 deste capítulo está inserida a Tabela 4, que contém este resultado consolidado.

3.3. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS EM 2011.

Neste ano, além de, obviamente, seguir a linha de ação do ano anterior, agindo dentro de uma das diretrizes de atuação da Escola, qual seja a atuação em rede, interagindo com outros órgãos e instituições quando suas ações são complementares, no alcance dos interesses e finalidades comuns, a Escola também enfatizou as ações de educação legislativa e de formação política voltadas aos cidadãos.

Foram mantidos os projetos permanentes destinados aos estudantes dos ensinos básico e superior, quais sejam o Parlamento Jovem Minas, o Conexão Assembleia e as Visitas Orientadas. A Escola também mobilizou esforços para consolidar a carteira de cursos à distância, com abordagens temáticas de interesse da sociedade. Alguns dos cursos, que tiveram a participação de quase 40 alunos, foram: Treinando a Nova Ortografia; Noções de Ortografia; Planejamento e Orçamento Público; História Política de Minas Gerais – Uma Introdução Crítica; e Democracia, Parlamento e Participação.

Em 2011 a Escola do Legislativo de Minas Gerais se alinhou à prioridade da TV Assembleia, de produção de programas educativos para veiculação nas mídias eletrônicas do Legislativo, como parte do esforço de tomar conhecimento sobre a

política e o Poder Legislativo acessível a todos. Dentro desta ação foram produzidas 35 teleaulas dos cursos “Orçamento Público e Cidadania: qual sua participação?” e “História Política de Minas Gerais”, que foram exibidas pela TV Assembleia. Outra iniciativa foi a produção do programa “Essa Música tem História” para a Rádio Assembleia.

Com o intuito de contribuir para a formação política dos professores do ensino básico da rede pública e privada de Belo Horizonte, a Escola ofereceu neste ano de 2011 a primeira edição do curso Formação Política para Educadores. Fizeram parte do programa 10 (dez) palestras sobre temas relativos à Educação, Política e Cidadania e 02 (dois) encontros de trabalho. Dentro da primeira turma foram certificados 17 (dezesete) professores, que se mantiveram mobilizados para discutir, juntamente com a Escola, desdobramentos desta atividade, tamanho foi o entusiasmo dos alunos. A intenção dos participantes foi buscar ampliar o alcance do programa e identificar novas ações de formação política para professores.

Em 2011 iniciou-se ainda o primeiro curso de especialização certificado pela Escola sobre “Poder Legislativo e Políticas Públicas”, com um total de 40 (quarenta) alunos inscritos.

Promoveu-se também neste ano 05 (cinco) edições do Programa Pensando em Minas, criado com o objetivo de divulgação científica de monografias, dissertações e teses produzidas em Minas Gerais sobre temas que perpassam o Poder legislativo, de maneira a disseminar o conhecimento produzido pelos servidores do Legislativo e pelos centros de estudo e pesquisa do estado. Foram lançadas também duas novas edições da publicação Cadernos da Escola do Legislativo.

Finalmente, durante todo o ano de 2011 foram mantidos os seguintes programas de capacitação e atualização: aqueles destinados aos servidores da Assembleia Legislativa e assessores de gabinete parlamentar da 17ª Legislatura; de formação introdutória para novos servidores, aprovados no concurso público da ALMG; e de formação e capacitação de servidores dos legislativos municipais e demais órgãos públicos.

3.3.1. Resultado Consolidado.

No total a Escola desenvolveu os mesmos 05 (cinco) programas desenvolvidos em 2010, sendo eles: o Projeto Estratégico da ALMG 2020 – Educação a Distância, Capacitação Interna, Cooperação Interinstitucional, Educação para a Cidadania e Pesquisa e Reflexão.

Dentro do primeiro programa a Escola realizou 24 (vinte e quatro) atividades, com uma carga horária de 455 (quatrocentas e cinquenta e cinco) horas e 991 (novecentos e noventa e um) participantes.

Dentro do segundo a Escola realizou 116 (cento e dezesseis) atividades, com uma carga horária de 1.012 (mil e doze) horas e 2.773 (dois mil setecentos e setenta e três) participantes.

No terceiro a Escola realizou 15 (quinze) atividades, com carga horária de 308 (trezentas e oito) horas e 867 (oitocentos e sessenta e setenta) participantes.

Dentro do quarto foram realizadas 106 (cento e seis) atividades, com carga horária de 308 (trezentas e oito) horas e 4.408 (quatro mil quatrocentos e oito) participantes.

O quinto e último programa desenvolveu 17 (dezessete) atividades, com carga horária de 204 (duzentas e quatro) horas e 999 (novecentos e noventa e nove) participantes.

Somando esses dados, o que possibilita ter acesso a uma única informação para toda a Escola, chega-se ao seguinte resultado: 278 (duzentas e setenta e oito) atividades realizadas, com carga horária de 2.107 (duas mil cento e sete) horas, com 10.038 (dez mil e trinta e oito) participantes.

Dentro do item 3.4 deste capítulo está inserida a Tabela 4, que contém, além do resultado consolidado de 2010, o resultado consolidado de 2011.

3.4. RESULTADO GERAL.

Comparando os resultados totais obtidos nos dois anos estudados, percebe-se que em 2011 foram desenvolvidas 88 (oitenta e oito) atividades a mais, gastando 731 (setecentas e trinta e uma) horas a mais, com 40 (quarenta) participantes a mais. A seguir temos a Tabela 4 com os resultados consolidados dos anos de 2010 e 2011:

Tabela 4: Resultados consolidados das atividades desenvolvidas pela Escola do Legislativo da Assembleia de Minas Gerais nos anos de 2010 e 2011.

Programas desenvolvidos	2010			2011		
	Atividades realizadas	Carga horária	Número de Participantes	Atividades realizadas	Carga horária	Número de Participantes
Projeto Estratégico da ALMG 2020 – Educação a Distância	14	200	1.641	24	455	991
Capacitação Interna	62	651	2.041	116	1.012	2.773
Cooperação Interinstitucional	20	116	1.611	15	308	867
Educação para a Cidadania	85	374	4.082	106	308	4.408
Pesquisa e Reflexão	09	35	623	17	204	999
Resultados consolidados	190	1.376	9.998	278	2.107	10.038

Fonte: Relatório de Atividades da Escola do Legislativo – 2010 e Relatório de Atividades da Escola do Legislativo – 2011, ambas disponíveis no site oficial da Assembleia Legislativa de Minas Gerais.

Fazendo uma análise mais atenta e profunda da Tabela 4 é possível perceber que, em todos os programas desenvolvidos, os números que mais cresceram de um ano para o outro foram os da carga horária, exceto dentro do Programa de Educação para a Cidadania que caiu de 374 (trezentos e setenta e quatro) para 308 (trezentos e oito). Dentro do Programa de Pesquisa e Reflexão a carga horária cresceu mais de cinco vezes, o que é um aumento bastante significativo. No Programa de Cooperação Interinstitucional a carga horária quase triplicou, o que também pode ser considerado um dado significativo. Na Educação à Distância a carga horária mais que dobrou e também é considerado um grande aumento. O menor aumento da carga horária foi constatado no Programa de Capacitação Interna, que subiu de 651 (seiscentas e cinquenta e uma) horas para 1.012 (mil e doze) horas, o que não deixa de ser um aumento relevante.

Dentre as atividades realizadas, os números caíram somente na Cooperação Interinstitucional, que em 2010 foram 20 (vinte) e em 2011 foram 15 (quinze). A Educação para Cidadania sofreu um leve aumento e as atividades dos demais programas quase dobraram. Percebe-se que aqui as alterações também foram significativas.

Já o número de participantes diminuiu nos programas de Educação para a Cidadania e Cooperação Interinstitucional e nos demais programas o aumento verificado não foi grande.

É possível dizer então que, ao diminuir, mesmo que levemente, o número de participantes em alguns programas e aumentar substancialmente a carga horária da maioria das atividades realizadas, que também sofreram aumento, a Escola se preocupa com a qualidade das atividades ofertadas aos seus públicos. Para ela não basta simplesmente ter uma grande oferta de atividades e de oportunidades de formação política aos seus públicos, é necessário ainda que esta oferta seja da maior qualidade possível, que se despenda o tempo necessário para se produzir resultados positivos e substanciais.

Desta forma, é possível perceber que a Escola do Legislativo de Minas Gerais (ELMG), além de ser altamente atuante e produtiva e de possuir um alto grau de desenvolvimento, efetivamente obtém o resultado que se propõe a produzir,

atingindo aos seus públicos de forma satisfatória, garantindo de fato a sua formação, e se mostrando interessada em estar ao alcance da população, disponibilizando seus resultados, os materiais utilizados em seus cursos, etc.

Uma vez que o esperado das Escolas do Legislativo no Brasil é que possibilitem o acesso da população às suas agendas, publicações e seus resultados, que promovam a transparência, que atuem de forma efetiva e que possuam uma agenda de maior eficácia, este capítulo deixa claro que a Escola do Legislativo de Minas Gerais atinge às expectativas.

Esta afirmação corrobora mais uma vez a escolha da ELMG para analisar a influência das ações de uma Escola do Legislativo em sua Casa Parlamentar como sendo a acertada. Portanto partiremos daqui para a questão central desta pesquisa: qual o papel da Escola do Legislativo de Minas Gerais para a institucionalização da Assembleia?

Para tanto, veremos no próximo capítulo o conceito de desenvolvimento institucional de forma mais aprofundada, para que seja possível, a partir da compreensão deste conceito, entender como ocorreu o processo de institucionalização da Assembleia Legislativa de Minas Gerais e como exatamente a ELMG o influenciou.

4. CAPÍTULO 3 - O PAPEL DA ESCOLA DO LEGISLATIVO DE MINAS GERAIS PARA A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA ASSEMBLEIA.

Para entender o papel da Escola do Legislativo de Minas Gerais para a institucionalização da Casa Parlamentar é preciso primeiramente esclarecer o conceito de desenvolvimento institucional utilizado neste estudo e ainda analisar o contexto de institucionalização da Assembleia de Minas Gerais, para, somente depois de entendidos estes dois pontos, adentrar na questão central desta pesquisa: como as atividades desenvolvidas pela Escola do Legislativo de Minas Gerais influenciaram o desenvolvimento institucional da Assembleia?

Para tanto se dividiu este capítulo em duas partes, a primeira que irá aprofundar o estudo sobre a questão do desenvolvimento institucional da Casa Parlamentar, buscando compreender como se iniciou este processo e como ele se dá nos momentos atuais.

A segunda parte irá mostrar a importância das atividades desenvolvidas dentro da ELMG para o processo de institucionalização da Assembleia, desde sua criação até a atualidade.

Os dados utilizados para elaboração deste capítulo foram coletados, em sua maioria, além da pesquisa bibliográfica, através de entrevistas em profundidade, utilizando questionários semiestruturados, que se encontram anexos, realizadas com servidores da ALMG em outubro de 2013, sendo eles dois deles técnicos lotados na própria ELMG, dois funcionários pertencentes à alta administração da Casa e um Deputado. Ao longo do capítulo os técnicos da ELMG serão chamados de Entrevistados 1 e 2, já os funcionários da alta administração da Casa serão os Entrevistados 3 e 4.

4.1. O DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE MINAS GERAIS.

Para realização deste estudo considerou-se desenvolvimento institucional aquilo que se refere à produção e disponibilização, para os participantes do

processo legislativo, de um conjunto de recursos e procedimentos orientados para maximizar as chances de consecução dos objetivos perseguidos na Casa Legislativa. Tal conceito não foi retirado de nenhum livro, mas sim repassado em conversa particular com um estudioso do assunto, que publicará tal conceito futuramente.

De acordo com os dados coletados através das entrevistas foi possível corroborar tal conceito, uma vez que se percebeu que o desenvolvimento institucional está relacionado com o conjunto de atividades que favorecem a democracia e a efetividade do Poder Legislativo.

Um Poder Legislativo com um fraco desenvolvimento institucional tende a ser reativo, ele simplesmente vai homologar aquilo que veio do Poder Executivo. Weber, em Política como Vocação, fala que os Parlamentares quando não assumem seu papel se transformam em meros repositores daquilo que é produzido no executivo. O desenvolvimento institucional é dotar o Poder Legislativo de capacidade, de possibilidade de intervenção na elaboração de Políticas Públicas. (Entrevistado 3)

Na ALMG especificamente a preocupação com o seu desenvolvimento institucional surgiu entre o final da década de 80 e início da década de 90, após a Constituição Estadual de 1989.

Nas assembleias legislativas iniciava-se a organização dos trabalhos de elaboração das novas constituições estaduais e experimentava-se, também, os ventos favoráveis da mudança, que impunham a elas uma nova visão da instituição e do seu papel com a sociedade. Na Assembleia Legislativa de Minas Gerais, os trabalhos de discussão e elaboração do anteprojeto da Constituição Estadual, realizados com a participação direta da sociedade, repercutiam internamente, inspirando um amplo programa de democratização e modernização do Legislativo Mineiro. (Ruth Schmitz de Castro, 2012)

De acordo com o Entrevistado 1, neste período ocorreu um avanço e aprimoramento da Casa, ocasionados pela implementação de uma série de modificações e mecanismos de escolha de forma de atuação, voltados para a questão da participação popular, ou seja, foram criados instrumentos que incentivavam a participação da população, e o resultado desse aumento da participação é a qualificação do tipo de trabalho desenvolvido pelos Parlamentares.

A Assembleia abre espaço para a participação popular para colher subsídios para desenvolver seu trabalho e desta forma o trabalho dos Parlamentares passou a ser informado pela participação popular.

Neste mesmo período ocorreu ainda, paralelamente ao incentivo à participação, a intensificação do trabalho de capacitação do corpo de servidores da Casa.

Tendo em vista estas preocupações com o avanço, aprimoramento e capacitação dentro da ALMG, é possível identificar que nela, na ALMG, durante este período, o aprofundamento e a modificação das suas características institucionais foram impulsionados pelas seguintes variáveis intervenientes: a reestruturação administrativa da Casa, a criação da consultoria, criação da TV Assembleia, a implementação dos bancos de dados informatizados e a criação da Escola do Legislativo, pensada como um mecanismo de aprimoramento do servidor.

O Entrevistado 4 diz que é notório o esforço que a Assembleia teve ao longo do tempo em termos de modernização institucional, preocupada não somente com a constituição e qualificação de um corpo adequado de servidores para dar suporte a todo trabalho dos Deputados, desde o seu recrutamento através de concursos públicos buscando servidores com uma formação pré-existente, mas também com a adoção de instrumentos, de canais e de ferramentas de interlocução com a sociedade, ampliando e favorecendo as estruturas de comunicação da Casa, com a criação da TV Assembleia e, posteriormente, através da internet e também do rádio. E surge dentro desse contexto, de qualificar os servidores e também de promover novas formas de interação com a sociedade, a Escola do Legislativo, num esforço da ALMG de atingir ambas as preocupações acima expostas.

Ao longo dos vinte anos que sucederam esse período inicial de mudanças o que se viu foram as consequências dessas medidas e houve ainda, no ano de 2010, outro marco no sentido de organizar e promover um outro salto de qualidade na capacitação e também na prestação dos serviços desenvolvidos pela ALMG, no cumprimento das suas prerrogativas e obrigações constitucionais. (Entrevistado 1)

Foi lançado em 2010 o Direcionamento Estratégico, que, através da identificação de uma série de medidas e mudanças importantes e de objetivos, prioridades e diretrizes, irá nortear a atuação da Casa e seus avanços institucionais até o ano de 2020, ou seja, o direcionamento estratégico foi pensado para que o desenvolvimento institucional da ALMG aconteça de forma mais eficiente, eficaz e efetiva.

Dentro do livreto Direcionamento estratégico: Assembleia Legislativa de Minas Gerais, 2010-2020, lançado pela Casa em 2010, é possível ver que foram pensados 11 (onze) objetivos estratégicos, sendo 04 (quatro) deles finalísticos e 07 (sete) organizacionais. Os objetivos finalísticos são: ampliar e aprimorar a participação da sociedade nas atividades do Poder Legislativo; garantir a qualidade da legislação; fiscalizar os órgãos e entidades da administração pública e avaliar as políticas públicas, com foco em resultados; e consolidar-se como ponto de convergência do poder público e da sociedade na discussão das estratégias e políticas públicas para o desenvolvimento do Estado. Os objetivos organizacionais são: disponibilizar os recursos necessários para aprimorar o desempenho das atividades do Poder Legislativo; assegurar alto nível de capacitação e desempenho ao corpo gerencial e técnico; direcionar a comunicação para a compreensão e a valorização das atividades do Poder Legislativo; inovar mediante a incorporação de melhores práticas e novas tecnologias de informação e comunicação; promover a educação para a cidadania; melhorar a qualidade do gasto e aumentar a eficiência do Poder Legislativo; e finalmente intensificar a articulação com as Casas Legislativas para o fortalecimento do Poder Legislativo.

A ALMG, desde a década de 90, principalmente a partir da constituição, vem num processo evolutivo, tentando alinhar tanto a sua atuação finalística, melhorias possíveis, necessárias no trabalho dos Deputados, na forma como a Assembleia se relaciona com a sociedade, na forma como os cidadãos percebem e recebem o trabalho da Assembleia, mas ao mesmo tempo também aprimorando suas estruturas internas, de gestão, de sistemas, tecnologias, educação, a parte da Escola do Legislativo, ou seja, é um processo que vem caminhando de certa forma junto, então quando se pergunta como tem sido esse processo de desenvolvimento institucional da ALMG, a percepção que a gente tem, olhando essa trajetória nesses últimos 20 anos, é de que de certa forma a gente tem conseguido equilibrar esse desenvolvimento tanto em melhorias estruturais, atividades que dão sustentação, quanto em melhorias que também a gente tem conseguido implementar na atuação que o Deputado propriamente dito tem em relação ao cidadão, e que impacta exatamente na percepção que a sociedade tem do trabalho da ALMG. (Entrevistado 4)

Percebe-se então que a ELMG fez parte do processo de desenvolvimento institucional da Casa e que até hoje continua sendo importante para o seu crescimento institucional, uma vez que, sendo parte do processo ela contribuiu e contribui fortemente para que ele ocorra. Sendo assim podemos partir para a segunda seção deste capítulo, que visa aprofundar o estudo sobre a influência da Escola do Legislativo na institucionalização da Assembleia Mineira.

4.2.A INFLUÊNCIA DA ESCOLA NA INSTITUCIONALIZAÇÃO DA ASSEMBLEIA.

Conforme visto no item anterior, influenciar a institucionalização da Assembleia é influenciar a produção e disponibilização, para os participantes do processo legislativo, de um conjunto de recursos e procedimentos orientados para maximizar as chances de consecução dos objetivos perseguidos na Casa Legislativa.

Então, para entender como ocorre a influencia da ELMG no processo de desenvolvimento institucional da Casa, é necessário saber se a Escola influencia os participantes do processo legislativo.

Desta forma a primeira pergunta a ser feita é quem são os participantes do processo legislativo? São eles: Deputados, servidores e o público externo. Pode-se dizer então que estes são os 03 (três) grandes grupos que participam do processo legislativo.

A próxima pergunta que deve ser feita é: a ELMG atinge esses grupos? A resposta é sim, ela atinge, porém de forma desigual.

De acordo com o Entrevistado 3, o primeiro grupo, que são os Deputados, é muito pouco atingido diretamente. São raros os Deputados que participam de cursos oferecidos pela ELMG, afinal eles se atêm aquilo que eles precisam para exercer a função deles, que é o voto. Os Deputados precisam se legitimar perante os representados e isso, na nossa Democracia, é feito por meio do voto. Porém, junto aos Deputados, existem os servidores de gabinete, os assessores diretos dos Deputados, que para esta pesquisa são considerados como representação dos parlamentares, afinal esses funcionários trabalham politicamente e respondem unicamente ao Deputado e não à instituição. Desta forma, atingir os Deputados não é essencial, mas sim atingir os seus assessores.

Ainda dentro da fala do Entrevistado 3, tem-se que a Escola foi criada, em 1992, para atender ao servidor da ALMG. Percebeu-se na época que os servidores não tinham muito conhecimento sobre o que era realizado dentro da Casa: eles não

sabiam o que é a Assembleia, o que se fazia dentro da Assembleia e nem o que é a atividade de representação. Então, nos dois primeiros anos de funcionamento da ELMG, ela tinha como público alvo os servidores da ALMG e os cursos ofertados eram dentro das áreas de Direito, de Políticas Públicas, de Ciência Política, e etc. e tinham por objetivo ensinar o que eles deveriam fazer. Era uma espécie de capacitação interna.

Então, no primeiro momento a gente está pensando, por exemplo, que a Assembleia se preocupou nessa constituição de um corpo técnico capaz de dar um suporte mais adequado ao trabalho dos Deputados, então, a origem principal da Escola do Legislativo está relacionada com essa capacitação desse corpo técnico. Então a Assembleia nesse período, quando ela estava, por exemplo, fazendo novos concursos públicos, pra trazer servidores já com uma formação pré-existente, ela teve todo um trabalho também para aprimorar, qualificar e para capacitar os servidores que já estavam aqui. E fora que esse é um processo que não tem fim, a capacitação continuada, então mesmo quem já estava aqui e mesmo quem chega sempre tem informações, experiências para assimilar, seja porque existe uma peculiaridade muito grande do trabalho da Assembleia, então mesmo quando eu falo dessa política da assembleia, de por meio de concurso público trazer profissionais qualificados pra trabalhar na casa, dificilmente você encontra profissional no mercado hoje, por mais qualificado que ele seja, que entenda do Poder Legislativo, que entenda da realidade, das peculiaridades, das características do Poder Legislativo. Então a Escola tem um papel muito forte nisso, de ajudar a contextualizar, pelo menos, e a preparar esse profissional lá de fora para atuar nesse contexto, de uma instituição com essas características. Mas ao mesmo tempo proporcionando essa atualização de quem está aqui. (Entrevistado 4)

Esta primeira atuação da Escola já refletia no desenvolvimento institucional da Assembleia, porém era uma atuação voltada para um público específico: o servidor da Casa.

A partir daí a estrutura da Assembleia pôde ser reformulada:

Reformulamos a estrutura da Assembleia, começamos a capacitar melhor os servidores e iniciamos uma série de atividades voltadas para o povo. E aí nesses primeiros momentos se percebeu uma coisa, que principalmente quando a gente iria discutir o orçamento do Estado, porque talvez esse seja o ponto central de competência do Poder Legislativo, que é a capacidade de interferir no orçamento, talvez limitada, mas central, percebeu-se que o povo (as entidades, o cidadão) tinha muito pouco conhecimento sobre aquilo que ele era chamado a participar dentro da Assembleia. (Entrevistado 3)

Então o próximo passo da ELMG foi se voltar ao público externo, realizando cursos de capacitação voltados ou para o processo legislativo, no caso dos

ofertados aos vereadores, ou para propostas orçamentárias, nos ofertados à sociedade civil. Neste caso, o reforço institucional do qual se trata este estudo foi dado mediante a capacitação do público externo.

O entrevistado 3 diz ainda que a importância desse tipo de capacitação, oferecida ao público externo, para o desenvolvimento institucional da Assembleia pode ser vista através de um conceito muito utilizado atualmente na Ciência Política, que é o de Dependência de Trajetória, *path dependency*. A partir do momento em que a participação do público externo é reforçada, ele passa a exigir aprofundamento do trabalho executado dentro da Casa. Ou seja, se escolhe um caminho a ser percorrido e em seguida se reforça este mesmo caminho utilizando mecanismos de legitimação.

A relação deste conceito de dependência de trajetória com o Poder Legislativo é que este poder muda a cada quatro anos, podendo a orientação política ser completamente alterada, portanto ter uma política institucional que seja maior e mais forte do que a política partidária é vital, e para isto é necessário criar mecanismos de reforço, de dependência, para que a instituição não seja morta no momento em que há a mudança na orientação político-partidária.

Neste sentido a participação da ELMG por meio da capacitação do público externo se faz fundamental, uma vez que ela reforça uma trajetória de maior intervenção do cidadão na elaboração das políticas públicas. “Talvez esse seja o ponto mais importante do trabalho da Escola do Legislativo atualmente” (Entrevistado 3).

Pode-se concluir então que um dos papéis da Escola neste avigoreamento institucional, desde a sua criação, está em criar condições para que públicos, tanto externos quanto internos, possam interferir da melhor forma possível no processo legislativo.

De acordo com o Entrevistado 1, ao longo do tempo a atuação da Escola passou a ir além da capacitação e é possível perceber outro papel importante da ELMG para o desenvolvimento institucional da Casa que é o de compartilhador do conhecimento que é produzido, e que só é produzido, dentro da Assembleia. Para que este conhecimento seja aprimorado é preciso que ele seja compartilhado, tanto

internamente quanto externamente. Ou seja, estas relações, internas e externas, repercutem trazendo um avanço no trabalho desenvolvido dentro da Assembleia.

Conforme dito pelos Entrevistados 1 e 2, dentro da capacitação interna, atualmente, a Escola atua em conjunto com os outros setores da Casa, ofertando atividades em resposta à demanda destes setores, ou seja, a partir da identificação que os demais setores da Casa fazem a respeito das necessidades de aprimoramento de seus servidores, a Escola responde com a oferta de atividades pensadas especificamente para cada tipo de demanda. Sempre houve um afinamento da Escola com os demais setores da Assembleia, no sentido de identificar em cada um destes setores quais são as suas necessidades, sejam de treinamentos, de cursos, de grupos de estudo, palestras e etc., e atender a estas necessidades específicas de cada setor.

A partir da identificação da Casa das necessidades de aprimoramento, a Escola responde com a oferta de atividades. Então, já a algum tempo, sempre houve um afinamento, a Escola do Legislativo está afinada com os outros setores da Casa. (Entrevistado 1)

Mas existem também, dentro da capacitação interna, como já ocorria quando da criação da Escola, as atividades que são oferecidas sem a demanda específica de cada setor, cujo objetivo é garantir a cultura institucional da Casa, ou seja, explicar o que é a instituição e para que ela serve, afinal, mesmo atualmente a Casa já estando bem desenvolvida institucionalmente, pelo menos em comparação com a época de criação da Escola, ocorre a entrada de novos servidores, seja por meio de concursos públicos seja pelo recrutamento amplo, e é necessário que a instituição seja conhecida. Estas são atividades de reflexão e que fazem com que determinados aspectos do trabalho legislativo, como, por exemplo, alguma questão que se encontra em pauta no momento, sejam conhecidos.

O Entrevistado 2 nos diz que é preciso existir um espaço de reflexão dentro da Assembleia para propiciar o autorreflexão, a compreensão do lugar do Poder Legislativo dentro da sociedade e da sua relação com os outros poderes. “É uma reflexão que a Academia tem um acúmulo e não vai ser a Comissão de Justiça que vai fazer isso, então é aí, para que a Assembleia possa ter essa reflexão, que a Escola do Legislativo entra” (Entrevistado 2).

Pode-se concluir então que atualmente as atividades desenvolvidas pela Escola para o público interno são divididas em 04 (quatro) níveis: o do treinamento, o da capacitação, o da formação e o da educação legislativa.

Quanto ao eixo externo, atualmente, o Entrevistado 1 relata que existe uma forte linha de atuação com os estudantes, onde o esforço é fazer com as atividades oferecidas ultrapassem o nível da mera visitação. Já para a sociedade de um modo geral, além de palestras abertas ao público e de programas específicos, como, por exemplo, o do orçamento, como já foi visto no início desta seção, existe também um trabalho feito no interior do Estado, chamado Encontros com a Política, que é realizado por um grupo de professores que viajam ao interior para tratar de temáticas específicas do legislativo e tem como público alvo vereadores, servidores, estudantes e também a população de uma maneira geral.

O Entrevistado 4 ressalta ainda que a Escola busca promover também a interação da Assembleia com outros órgãos públicos, não apenas com o cidadão, visando ajudar a qualificar tais órgãos, para que essa interação ocorra da melhor maneira possível. A Escola também tem um histórico de ações voltadas para as entidades da sociedade civil, visando qualificar as lideranças dos participantes dessas entidades, para que a atuação deles junto ao Legislativo seja mais eficiente.

A Assembleia faz todo esse esforço, de chamar a sociedade pra discutir um assunto e colher subsídios para melhorar sua atuação, seja na hora de elaborar uma lei, seja na hora de promover uma ação de fiscalização, enfim, se a sociedade que é chamada a fazer isso não tem elementos, não tem informação, não entende qual é o papel, qual o espaço dela naquele processo, essa participação se perde, ela fica só no discurso e não atende a demanda da Assembleia e não atende à expectativa do cidadão. Então qualificar essas entidades, esses cidadãos, é também uma forma de aprimorar o trabalho que a assembleia vem tentando fazer de promover uma maior participação e uma maior efetividade dessa participação. (Entrevistado 4)

Citando mais uma vez a Gerente-Geral da Escola, a Sra. Ruth Schmitz, que em 2012, no Relatório da Escola, nos diz que durante os seus 20 (vinte) anos de atuação a ELMG “consolidou um amplo repertório de conteúdos programáticos para suas ações, oferecendo atividades de educação legislativa e de formação política e também de educação para a cidadania; diversificou seus públicos, abrindo-se para os demais órgãos públicos e para a sociedade; e estendeu a sua área de atuação, alcançando o interior do Estado, em parceria com as câmaras municipais e

organizações da sociedade civil. Nos últimos anos, vem também incorporando inovações tecnológicas da área educacional, como o ensino a distância, que tem viabilizado um alcance e abrangência maior para suas ações abertas ao público”.

Com base nos dados coletados na entrevista realizada com um Deputado Estadual, é possível dizer ainda que dentro destes 20 (vinte) de atuação, a Escola, para além da capacitação, passou a influenciar o trabalho desenvolvido pelos Deputados não só qualificando seus assessores de gabinete, mas também estruturando o trabalho efetuado pelos Parlamentares.

De acordo com o Deputado entrevistado, dentro da Assembleia existem vários Projetos Estruturadores que permitem aos Deputados agirem de forma mais concisa e precisa. Por exemplo, as Audiências Regionais, aonde a Assembleia vai para as diversas regiões de Minas Gerais colher sugestões para elaboração ou para intervenção no orçamento do Estado, este trabalho é realizado pelos Parlamentares e feito dentro de uma estrutura já existente na instituição. Ou seja, através desses trabalhos estruturados pela instituição, os Deputados conseguem dar resposta à representatividade, conseguem oferecer aos seus representantes projetos que os afetam diretamente, como, por exemplo, os projetos Minas Olímpica e Campos de Luz. Conforme dito no início deste item, os Parlamentares se atêm ao meio de se legitimar perante seus representados, ou seja, ao voto, e estes Projetos abrem ainda mais o caminho para a legitimação dos representados.

Os Deputados dependem muito desta estrutura da ALMG, do corpo de consultores da Casa, para conseguirem dar resposta ao papel fundamental do Poder Legislativo, que é um Poder representativo, ou seja, existe a cobrança para a melhoria da representatividade e a Casa, através de seus Projetos, dá respaldo aos Parlamentares para que haja de fato esta melhora.

Há um papel institucional muito forte, muito vigoroso. Nós fomos pras regionais, como vamos agora... Todas as comissões hoje discutem revisão do PPAG, então nós vamos à uma determinada cidade, vamos colher os dados de toda aquela região, dentro de uma estrutura já existente, projetos estruturadores, dentro dos projetos estruturadores você tem as ações dentro daqueles projetos, nós conseguimos num determinado ano emplacar o Minas Olímpica, e dentro do Minas Olímpica, dentro desse projeto estruturador, nós vamos colocando xadrez na escola, nós já tivemos encontros pra mais de 600 enxadristas, o campeão brasileiro de xadrez é de uma escola pública de Minas Gerais, colocamos o Campos de Luz, que é a iluminação dos campos de futebol, a população mais carente não tem clube, tem é o campo de futebol amador, então nós iluminamos o campo, as crianças jogam a noite, o trabalhador(a) caminha

em volta do campo com segurança porque está iluminado, e aí, quer dizer, nós dependemos muito dessa estrutura da Assembleia, o corpo de consultores, a Escola do Legislativo, você tem uma formulação permanente na casa, são muitas ideias e elas vão o tempo todo surgindo, porque aí a Escola tem um papel importante, para além da capacitação desses próprios servidores da Assembleia, essa capacitação foi estendida para os gabinetes também.
(Deputado entrevistado)

O Entrevistado 4 afirma que a Assembleia busca o reconhecimento do seu trabalho e deseja que a sociedade perceba o que é feito dentro dela e a importância que o trabalho do Deputado tem na vida dos cidadãos. E para isto é necessário que a Casa se preocupe em melhorar a forma de atuação dos Deputados, e esta preocupação está exprimida dentro dos chamados Compromissos da Assembleia, quais sejam, exercer melhor a representação da sociedade cada vez mais buscando a participação, elaborar leis mais condizentes com o que a sociedade espera, exercer bem a fiscalização, formular políticas públicas e participar mais efetivamente da formulação das políticas públicas e da fiscalização do planejamento e do orçamento.

Tudo isso tem a ver com a atuação do Deputado, são frentes de atuação, são funções que os Deputados exercem e que a gente tem que buscar aprimorar para conseguir que ele corresponda melhor à sociedade. E aí, pra isso, desde 2010, com a implantação do direcionamento estratégico, a gente tem desenvolvido uma série de projetos nesse sentido, quer dizer, então como ajudar cada vez mais a sociedade, a Assembleia a mobilizar a sociedade para participar de todas essas oportunidades, de interação que a gente cria? Como buscar a efetividade dessa participação? Garantir que essa participação não se esgote só na vinda da pessoa até aqui, na contribuição, na sugestão da política que ela faz? Então, como dar desdobramento a isso? Como melhorar a atuação da assembleia na área de legislação, trazendo metodologias inclusive científicas que hoje são discutidas pelo mundo, na área de legística, para serem reconhecidas e na medida do possível incorporadas ao trabalho da assembleia? Como melhorar a atividade da assembleia na área de políticas públicas?
(Entrevistado 4)

Ainda dentro da fala do Entrevistado 4, percebe-se que existem várias ações que a Assembleia implementa por meio de projetos estratégicos e que dão desdobramento a essa melhoria da atuação finalística da Assembleia. Sendo constante, contudo, a preocupação em mostrar para a sociedade que a Assembleia também é uma instituição pública preocupada com a gestão, com a eficiência, com a transparência e que também tem trazido para si metodologias de gestão, ou usadas em instituições públicas ou mesmo da iniciativa privada, cada vez mais na linha da administração gerencial incorporadas pelos órgãos públicos, buscando também

aprimorar seus servidores, seus processos de trabalho, racionalizar gastos. Ou seja, todas essas possibilidades e eixos de ações estão no horizonte da Casa e os seus projetos estratégicos buscam traduzir todo esse ideário em resultados concretos.

Então é possível perceber o quão importantes são os Projetos da Casa para o sua institucionalização, uma vez que reforçam o caminho para a representatividade, independente da orientação político-partidária do representado. Assim, veremos a seguir a relação que a Escola do Legislativo tem com os demais Projetos da Assembleia, para adentrarmos ainda mais no papel da ELMG para o desenvolvimento institucional da Casa.

4.2.1. Articulação da Escola com outros Projetos da Assembleia.

O Entrevistado 3 explica que a estrutura organizacional da Assembleia é dividida da seguinte forma: as Gerências Operacionais e Gerências Gerais são subordinadas às Diretorias que por sua vez estão abaixo da Secretaria Geral da Mesa e da Diretoria Geral, que são os primeiros níveis da administração da Casa. Dentro desta estrutura a Escola do Legislativo é uma Gerência Geral, porém é uma gerência que está vinculada diretamente à Diretoria Geral.

As Consultorias e as comissões, por exemplo, não são autônomas no sentido da administração, elas são Gerências Gerais que estão ligadas à Diretoria de Processos Legislativos. Já a ELMG é uma exceção nesta estrutura administrativa, uma vez que está localizada dentro da Diretoria Geral e responde diretamente a ela.

Então, devido a esta estrutura peculiar da Escola, “ela, como está nessa produção, participa de outros projetos da Casa por determinação do Diretor Geral, sempre que seja necessário, e normalmente são projetos ligados às atividades mais amplas que só o processo legislativo, como, por exemplo, o Expresso Cidadania e o Parlamento Jovem, ambos são eventos da Assembleia Mineira que não estão relacionados ao processo legislativo, mas que são produzidos pela Escola” (Entrevistado 3).

Ou seja, a Escola é responsável pela capacitação e pelos projetos de educação para a cidadania com uma linha de atuação própria. Mas, na medida em

que ela mantém sua atuação em sintonia com o que a Assembleia se propõe, necessariamente ela ou se engaja ou é chamada a se engajar em projetos que a Assembleia desenvolve.

Ainda de acordo com o Entrevistado 3, quando são realizados eventos que envolvam o público externo ou então um grande número de servidores, dentro da área de capacitação, quem realiza este tipo de trabalho é a Escola. Porém, quando são eventos relacionados à mobilização, à interlocução com a sociedade, de chamamento de entidades da sociedade civil, quem participa da realização é a Gerência Geral de Projetos Institucionais, ligada à Diretoria de Processos Legislativos.

Os projetos da Escola são os que não estão dia-a-dia da Assembleia; Ela não tem autonomia, é um órgão da Assembleia, e existem alguns projetos da Casa, como, por exemplo, o Parlamento Jovem, mas que são coordenados pela Escola. Nesse nível, fora do processo legislativo, é onde entra a Escola, ela não trabalha no processo legislativo, naquilo que todo mundo acha que é atividade fim da Assembleia: votar lei? Não tem relação nenhuma! Essa que é a relação dela com os outros setores, ela não tem relação direta com o processo legislativo, mas é uma complementaridade fraca, assim por dizer. (Entrevistado 3)

De acordo com o Entrevistado 1 existem Projetos, como o de Gestão por Competência, em que a Escola se relaciona de uma forma intensa com ele, como cogestor do mesmo. O trabalho inicial dentro deste Projeto é de identificar as competências do corpo de servidores da Casa para em seguida verificar o perfil existente de cada cargo e o perfil esperado para o mesmo cargo, e então medir a distância entre aquilo que é esperado e aquilo que de fato é. O papel da ELMG então será o de promover a capacitação de maneira a anular tal distância, desta forma a Escola tem que estar a par de todo o trabalho feito desde o seu início, desde a identificação das competências, atuando diretamente dentro do Projeto.

A Escola é sempre chamada a participar quando há algum tipo de reflexão pedagógica; Qualquer projeto que precise de uma abordagem pedagógica a Escola é chamada a participar. Com relação aos outros projetos normalmente estamos como mais um. (Entrevistado 1)

O Entrevistado 4 diz ainda que dentro do Direcionamento Estratégico, lançado em 2010, existe um mapa estratégico onde são apontadas algumas prioridades e a cada biênio é feita uma avaliação de como a Casa progrediu, e a partir dessa avaliação determina-se o que deve ser feito em cada lugar e em cada momento, de maneira a ultimar os aspectos que impediram o progresso institucional da

Assembleia, e deste processo então surgem os projetos. E então a Diretoria de Planejamento, que é quem coordena tais processos, convida as Gerências para participarem da gestão dos projetos estratégicos, e neste caso a Escola, por vezes, também é chamada a participar.

Mas, ao mesmo tempo, a Diretoria de Planejamento ou incorpora à carteira de projetos algumas ações propostas pelos setores, como a própria Escola, ou potencializa determinados projetos que o próprio setor faz.

Um exemplo citado pelo Entrevistado 4 é o Parlamento Jovem: a Escola percebeu a necessidade de ampliar a participação das escolas deste projeto para o interior do Estado, uma vez que ele era sempre limitado só às escolas da capital. Então a própria Escola, em um movimento em parceria com Escolas do Legislativo dos Municípios, que é uma iniciativa também da própria Escola, estimular a criação de Escolas do Legislativo em Câmaras Municipais, e agora como parte do esforço estratégico da Assembleia de melhorar a educação para a cidadania, a Casa está trabalhando junto com a Escola no processo de regionalização do Parlamento Jovem.

Hoje o projeto envolve escolas de vários municípios e não só de Belo Horizonte, como era no início do projeto, em parceria com as Câmaras. Porém, a atividade final do projeto ainda ocorre somente em Belo Horizonte, reunindo os jovens de todas as escolas na ELMG para a sessão final do Parlamento Jovem, e por este motivo, o objetivo atual de ampliação do projeto é conseguir fazer com que determinadas Câmaras em determinadas regiões pelo do Estado façam o mesmo papel que a ELMG faz, filtrando regionalmente as propostas a serem enviadas à Assembleia.

A dificuldade encontrada é conseguir coordenar, de um único lugar, no caso da ELMG, as atividades terão interação com todas as regiões do Estado, considerando a grande quantidade de municípios mineiros, o que limita a atuação do projeto, em termos de volume, de amplitude de atuação. Se determinadas câmaras, que possuem potencial e capacidade, atuarem desta forma dentro das suas regiões, é possível ampliar o projeto e então em cada Câmara o Parlamento Jovem passa a ter o tamanho que o projeto tem aqui, e então estarão envolvidos mais municípios, mais estudantes, mais jovens, mais professores, mais cidadãos e o resultado será

atingir um nível de ramificação considerável dentro do interior do estado, o que é um dos grandes desafios da Assembleia.

Percebe-se então que a Escola tem autonomia para propor e implementar determinados projetos e que esse projetos tem, obviamente, sempre uma relação próxima ou direta com os rumos que a Assembleia estabelece.

O que resta agora na construção deste trabalho é apontar algumas melhorias que podem ser realizadas tanto pela Escola do Legislativo quanto pela Assembleia mineira, no sentido de aumentar a influência da Escola para o crescimento institucional da Casa Legislativa.

4.2.2. Desafios a Serem Enfrentados pela Escola do Legislativo e pela Assembleia Mineira.

Existem alguns pontos ainda dentro da Escola e da própria Assembleia que precisam ser melhorados para que a influência da ELMG na institucionalização da Casa seja melhor e maior.

A primeira questão, apontada pelo Entrevistado 2, é a da flexibilidade da Escola. Atualmente ela já atua em resposta a demandas específicas de cada setor, porém isto pode melhorar. É possível ter uma estrutura em que se individualize a oferta de cursos, ou seja, que veja as dificuldades individuais na qualificação dos servidores de cada setor. Pensar se há espaço e recurso para ampliar a capacitação oferecida pela Escola é sem dúvida algo importante e válido.

Na visão do Entrevistado 1 outro ponto em que cabem melhorias é o quadro de servidores lotados na ELMG, que não é suficiente para ampliar as atividades desenvolvidas dentro da Escola, mas sim só para manutenção das atividades que já são realizadas. Um exemplo é a impossibilidade de ampliação dos cursos oferecidos dentro do Projeto de Educação à Distância, pela falta de funcionários qualificados para trabalhar como analistas de sistemas, na formatação dos cursos e disponibilização dos mesmos na internet, ou seja, faltam profissionais da área da informática que possibilitariam tornar a Educação à Distância mais ágil e com uma produção mais intensa de cursos.

De acordo com os Entrevistados 1 e 2, um ponto importante a ser trabalhado dentro da Assembleia que melhoraria a atuação da Escola seria a organização da agenda dos servidores, do planejamento para que haja disponibilização de horário dos servidores para participarem das atividades desenvolvidas pela ELMG. Atualmente ocorrem casos em que a Escola monta uma atividade, mas não consegue que ela aconteça, pois não havia ninguém com disponibilidade de horário no momento da atividade. É necessário então haver um pouco mais de previsibilidade com relação à questão do tempo dentro da instituição, e este é um ponto a ser trabalhado não só pela Escola, mas também pela ALMG. Mesmo reconhecendo o quanto esta melhoria é difícil de ser alcançada numa instituição da natureza da Assembleia, ainda assim é algo que pode sim ser pensado.

Há uma quarta questão a ser pensada, citada pelo Entrevistado 1, no sentido de trazer melhorias à ELMG e à ALMG, que seria a criação de um espaço próprio para atendimento dos estudantes dentro do prédio principal da Assembleia, um espaço específico e interativo, onde as crianças e os jovens aprenderiam de uma forma mais substancial e melhorada sobre a atividade legislativa. Atualmente, dentro dos espaços existentes na Casa para recepcionar os estudantes, a atividade parlamentar é prioridade e por muitas vezes os alunos ficam sem lugar.

Um quinto e último ponto, de acordo com o Entrevistado 2, é o aperfeiçoamento da avaliação do impacto das atividades da Escola dentro da Assembleia, que seja para além da autoavaliação dos servidores. Este é um trabalho extremamente complicado, o de medir quantitativamente o impacto que cada curso, cada atividade desenvolvida pela ELMG, tem dentro da Casa, porém de extrema importância, afinal seria possível medir a influência que a Escola tem para o desenvolvimento da Assembleia, uma vez que já vimos durante este estudo que tal influência é grande e forte.

4.3. ATUAÇÃO DA ESCOLA X ATUAÇÃO DA ASSEMBLEIA: A IMPORTÂNCIA DA ESCOLA DO LEGISLATIVO PARA O REFORÇO INSTITUCIONAL DE SUA CASA LEGISLATIVA.

O objetivo original da Escola, na época de sua criação, era o de ajudar no processo de modernização do corpo técnico da Assembleia, porém, ao longo do tempo, a própria Casa Parlamentar viu a necessidade de ampliar seu enfoque de atuação, buscando seu crescimento institucional, e então a Escola do Legislativo, incorporada a esse processo evolutivo, também procurou ampliar as suas áreas de atuação, em sintonia com o que a assembleia estava se propondo. Então, da mesma forma que a ALMG, que ao longo desse tempo se preocupou em interagir cada vez mais com a sociedade, a ELMG abriu canais para isso também.

Ela passou a oferecer atividades voltadas pros cidadãos, de formação política, de educação para a cidadania pros cidadãos, e aí com papel fundamental que a gente entende que é ajudar a dar condições para que a Assembleia tenha uma melhor relação com a sociedade. (Entrevistado 4)

Porém, de acordo com o entrevistado 4, quando se trata da relação da Assembleia com a sociedade, surgem duas grandes dificuldades, a primeira é a resistência da população e a segunda é a desinformação. Por mais que a Casa tente, por mais que ela procure criar canais que possibilitem essa relação, o que ela encontra é uma resistência muito grande da sociedade em falar sobre política, em saber sobre política, em interagir com a política e ao mesmo tempo muita desinformação. As pessoas vivem num senso comum em que qualquer tentativa de comunicação com ela esbarra ou na desinformação ou na resistência. Então, neste sentido, tanto a Assembleia quanto a Escola compartilham essa preocupação e realizam o processo de formação básica dos cidadãos em relação ao que é política, como funciona a nossa Democracia e qual é o papel do Legislativo nesse contexto. Este, entretanto, foi um movimento iniciado pela Escola, que se tornou mais amplo dentro da própria Assembleia, e que tem sido fundamental para ajudar a dirimir um pouco essa dificuldade de interação da Assembleia com estes públicos.

Então, a Escola ela se abriu também, da mesma forma que a Assembleia, ou em sintonia, em consonância com o que a Assembleia estava se propondo, para esse esforço de buscar dialogar mais com os cidadãos, de mostrar o que é o trabalho do Legislativo e contribuir, com isso, pra essa participação mais efetiva. (Entrevistado 4)

Ou seja, resumindo, a Escola de certa forma nesse processo, dá pra perceber que ela vem conseguindo acompanhar essa evolução institucional que a Assembleia vem fazendo e em alguma medida contribuir para isso. No início eu fui mais contido no sentido de fazer uma afirmação que a Escola teve impacto decisivo nesse desenvolvimento institucional da Assembleia porque eu acho que é muito, mas que a existência da Escola e o papel que ela vem desempenhando junto aos públicos internos e externos contribuiu para este processo evolutivo, com certeza! Então, trazer discussões, trazer propostas para colocar em debate na Casa, a interação, por exemplo, com as universidades, com segmentos acadêmicos, estudantes, professores, jovens, tudo isso ajuda também a arejar as ações que acontecem aqui dentro da Casa, a Escola tem muito esse papel, então com isso ela está não só caminhando junto com a Assembleia, nesse processo evolutivo, mas em alguma medida também contribuindo para ele. (Entrevistado 4)

Percebe-se, portanto, conforme disse o Entrevistado 4, que a Escola conseguiu acompanhar, desde sua criação até os momentos atuais, o processo de evolução institucional sofrido, e ao mesmo tempo provocado, pela Assembleia e em alguma medida contribuir para isso. Entretanto, dizer que a ELMG teve impacto decisivo no desenvolvimento institucional da Casa Legislativa provavelmente não seja uma opção acertada, mas sim dizer que a existência da Escola e o papel que ela tem desempenhado junto aos seus públicos internos e externos contribuíram para este processo evolutivo. Ou seja, a ELMG foi e continua sendo um fator importante para o processo de institucionalização da Casa, porém não é a única responsável pelo desenvolvimento deste processo.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.

Este trabalho teve por objetivo analisar a influência de uma das Escolas do Legislativo no Brasil, que provou ser uma das mais bem sucedidas, sobre o desenvolvimento institucional de sua respectiva Casa Parlamentar.

A importância deste tipo de análise ancorou-se no próprio conceito de desenvolvimento institucional, uma vez que, em uma Casa Parlamentar cuja política institucional é fraca, o Poder Legislativo se torna reativo e os Parlamentares se tornam meros repositores do que é produzido no Poder Executivo. Desta forma, provar a importância de uma Escola do Legislativo bem sucedida para o aprofundamento e a modificação das características institucionais da Assembleia se faz necessário já que tal processo afeta o próprio Poder Legislativo.

Entretanto, o que se viu ao longo desta pesquisa é que o trabalho das Escolas do Legislativo no Brasil ainda tem muito que evoluir. Ainda se espera muito delas, seja em uma atuação mais efetiva ou em uma agenda de maior eficácia. Não é possível sequer acessar a agenda e os resultados produzidos pela maioria das Escolas, ou seja, como esperar que uma Escola colabore de forma efetiva, eficaz e eficiente para o crescimento institucional de sua Casa se elas não possibilitam nem o acesso às suas informações básicas?

A expectativa é que tenhamos em todas as escolas a clareza e o alto grau de informações hoje encontradas em algumas poucas e que o trabalho seja aprimorado para que todas se elevem a um alto grau de transparência, possibilitando que qualquer cidadão tenha fácil acesso a suas agendas, a suas notícias, a suas publicações e principalmente aos seus resultados.

A Escola do Legislativo de Minas Gerais provou que, além de ser altamente atuante e produtiva e de possuir um alto grau de desenvolvimento, efetivamente obtém o resultado que se propõe a produzir, atingindo aos seus públicos de forma satisfatória, garantindo de fato a sua formação, e se mostrando interessada em estar ao alcance da população, disponibilizando seus resultados, os materiais utilizados

em seus cursos, etc., o que possibilitou a escolha dela como alvo de estudo detalhado sobre sua influência à institucionalização da Assembleia Mineira.

Realizar atividades que afetem os participantes do processo legislativo é essencial para se influenciar a institucionalização da Casa Parlamentar, e é exatamente este o tipo de trabalho que a ELMG desenvolve tão bem. Então, ao oferecer atividades de treinamento, de capacitação, de formação e de reflexão/educação legislativa para os servidores da Casa, sejam estes servidores advindos de concursos públicos ou de recrutamento amplo, e também oferecer diversas atividades voltadas para a formação técnica e política do público externo, seja para agentes públicos ou para a sociedade civil de um modo geral, além de dar suporte conceitual às atividades do Poder Legislativo, criando um repertório de informações que subsidiam a elaboração de projetos e demais proposições legislativas, ela interfere positivamente no robustecimento institucional da Assembleia Mineira.

A Escola do Legislativo de Minas Gerais busca auxiliar o Parlamento a se estabelecer e ser reconhecido como um espaço de produção de conhecimento, e ela faz isto através da educação permanente, da interlocução entre seus vários públicos e de um conjunto de atividades que configuram uma atuação em crescente movimento de organização e aprimoramento. De acordo com Ruth Schmitz (2010), essa mudança da perspectiva promove o aprofundamento da análise das funções do Legislativo e acena com a possibilidade de se deslocar o Parlamento do lugar da regulação para o espaço da emancipação.

Criar mecanismos que efetivamente promovam a participação popular e a capacitação permanente dos atores do processo legislativo pode promover aquele deslocamento citado pela Ruth Schmitz, uma vez que redefinem estratégias para a qualificação da Lei, seja em sua elaboração, seja no seu acolhimento e/ou ainda na avaliação de sua eficácia.

É possível afirmar então que todas as atividades exercidas pela ELMG, sem exceção, afetam de forma positiva o desenvolvimento institucional da Assembleia e que sem o apoio da Escola provavelmente a política institucional da ALMG não seria a mesma. Porém é necessário lembrar que a ELMG é parte integrante da Assembleia e que ela surgiu como um esforço da Casa em se institucionalizar. Ou seja, o trabalho desenvolvido pela Escola se deve também aos esforços da Casa

Legislativa, sendo ele mérito não só da Escola do Legislativo, mas sim da Assembleia como um todo.

Percebe-se então que não há um diferencial, uma peculiaridade da Escola do Legislativo de Minas Gerais que faça com que sua influência seja positiva para a institucionalização da Assembleia. O importante é que a própria Assembleia tenha consciência da importância de ser desenvolvida institucionalmente e que trabalhe em prol desta institucionalização, despendendo recursos e criando mecanismos e condições para que públicos, tanto externos quanto internos, possam interferir da melhor forma possível no processo legislativo. E é este contexto de atuação da própria Casa Legislativa que permite com que a Escola desenvolva seu trabalho e colabore para o engrandecimento da política institucional da Assembleia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Assembleia Legislativa do Acre. Escola do Legislativo. Disponível em:
<http://www.aleac.net>

Assembleia Legislativa do Amapá. Escola do Legislativo. Disponível em:
<http://www.al.ap.gov.br>

Assembleia Legislativa do Amapá. Escola do Legislativo. Disponível em:
<http://www.aleam.gov.br/ELegislativo>

Amapá Digital. Disponível em: www.amapadigital.net

Assembleia Legislativa do Ceará. Escola do Legislativo. Disponível em:
<http://www.al.ce.gov.br/>

Assembleia Legislativa do Espírito Santo. Escola do Legislativo. Disponível em:
<http://www.al.es.gov.br/portal/frmEscolaLegislativoSubsite.aspx>

Assembleia Legislativa de Goiás. Escola do Legislativo. Disponível em:
<http://www.assembleia.go.gov.br/instituicao/escolalegislativo>

Assembleia Legislativa do Maranhão. Escola do Legislativo. Disponível em:
www.al.ma.gov.br

Assembleia Legislativa do Mato Grosso. Escola do Legislativo. Disponível em:
www.al.mt.gov.br

Assembleia Legislativa do Mato Grosso do Sul. Escola do Legislativo. Disponível em:
<http://www.escoladolegislativo.al.ms.gov.br/new/>

Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Escola do Legislativo. Disponível em:
<http://www.almg.gov.br/educacao/sobre_escola>

Assembleia Legislativa da Paraíba. Escola do Legislativo. Disponível em:
<http://www.alpb1.pb.gov.br/elegispb/>

Assembleia Legislativa de Pernambuco. Escola do Legislativo. Disponível em:
<http://www.alepe.pe.gov.br/>

Assembleia Legislativa do Piauí. Escola do Legislativo. Disponível em:
<http://www.escoladolegislativo.pi.gov.br/aescola>

Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro. Escola do Legislativo. Disponível em:
<http://www.alerj.rj.gov.br/elerj>

Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte. Escola do Legislativo. Disponível em:
http://www.al.rn.gov.br/site2011/ilp_novo/instituto.php

Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul. Escola do Legislativo. Disponível em: <http://www2.al.rs.gov.br/escola>

Assembleia Legislativa de Rondônia. Escola do Legislativo. Disponível em: www.ale.ro.gov.br

Assembleia Legislativa de Roraima. Escola do Legislativo. Disponível em: <http://escolegis-rr.blogspot.com.br/>

Assembleia Legislativa de Santa Catarina. Escola do Legislativo. Disponível em: www.alesc.sc.gov.br/escola

Assembleia Legislativa de São Paulo. Escola do Legislativo. Disponível em: www.al.sp.gov.br

Assembleia Legislativa de Tocantins. Notícias. Disponível em: <http://www.al.to.gov.br/noticias.swd?codigo=15670>

Associação Brasileira das Escolas do Legislativo. Disponível em: <http://www.portalabel.org.br>

Câmara Legislativa do Distrito Federal. Escola do Legislativo. Disponível em: www.cl.df.gov.br/elegis

Programa Interlegis. Disponível em: <http://www.interlegis.leg.br/comunidade/escolas-do-legislativo>

Relatório de Atividades da Escola do Legislativo – 2010. Disponível em: http://www.almg.gov.br/opencms/export/sites/default/educacao/sobre_escola/Downloads/pdf/relatorioescola2010.pdf

Relatório de Atividades da Escola do Legislativo – 2011. Disponível em: http://www.almg.gov.br/opencms/export/sites/default/educacao/sobre_escola/Downloads/pdf/relatorioescola2011.pdf

Relatório de Atividades da Escola do Legislativo – 2012. Disponível em: http://www.almg.gov.br/opencms/export/sites/default/educacao/sobre_escola/Downloads/pdf/relatorioescola2012.pdf

Direcionamento estratégico: Assembleia Legislativa de Minas Gerais, 2010-2020. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, 2010.

Messias, Alaor. Educação Legislativa: As Escolas do Legislativo e a Função Educativa do Parlamento. Brasília: Câmara dos Deputados, Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação, 2009. Disponível em: <http://bd.camara.gov.br>

Cosson, Rildo. Escolas do Legislativo, Escolas da Democracia. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmaras, 2008. Disponível em: <http://bd.camara.gov.br>

ANEXO A – Roteiro de entrevista utilizado para entrevistar técnicos e servidores da alta administração da Escola do Legislativo de Minas Gerais.

Roteiro de Entrevista a ser feita com os técnicos e funcionários da alta administração da Escola do Legislativo de Minas Gerais.

1. Apresentação da pergunta de pesquisa: *como as atividades desenvolvidas pela Escola do Legislativo de Minas Gerais influenciaram o desenvolvimento institucional da Assembleia?*
2. Apresentação do conceito de desenvolvimento institucional utilizado neste estudo;
3. Questões norteadoras:
 - 3.1. Como o(a) Senhor(a) analisa o desenvolvimento institucional da Assembleia e como diria que ele se deu ao longo do tempo?
 - 3.2. Qual o papel que a Escola do Legislativo teve nesse processo?
 - 3.3. Existiu relação entre o desenvolvimento institucional da Assembleia e a Escola do Legislativo?
 - 3.4. Como se articula a Escola do Legislativo com outros projetos da Casa Parlamentar?
 - 3.5. O que ainda pode ser feito dentro da Escola do Legislativo para aumentar e melhorar a sua influência à Assembleia?

ANEXO B – Roteiro de entrevista utilizado para entrevistar Deputados Estaduais de Minas Gerais.

Roteiro de Entrevista a ser feita com os Deputados Estaduais de Minas Gerais.

1. Apresentação da pergunta de pesquisa: *como as atividades desenvolvidas pela Escola do Legislativo de Minas Gerais influenciaram o desenvolvimento institucional da Assembleia?*
2. Apresentação do conceito de desenvolvimento institucional utilizado neste estudo;
3. Questões norteadoras:
 - 3.1. Como o senhor analisa o desenvolvimento institucional da Assembleia e como diria que ele se deu ao longo do tempo?
 - 3.2. O senhor acredita que a Escola do Legislativo teve algum papel nesse processo?
 - 3.3. Existiu relação entre o desenvolvimento institucional da Assembleia e a Escola do Legislativo?
 - 3.4. Como os outros projetos da Casa se articulam com a Escola do Legislativo?
 - 3.5. O que ainda pode ser feito dentro da Escola do Legislativo para aumentar e melhorar a sua influência à Assembleia?